SUSEP
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

Estratégia Nacional de **Educação Securitária e Previdenciária**

Mais conhecimento para
uma sociedade mais protegida.

Conhecimento hoje.
Proteção sempre.
Um futuro melhor para todos.



Outubro de 2026

PESSOAS
MAIS SEGURAS
SOCIEDADE
MAIS FORTE

Apresentação



O seguro é, por sua própria natureza, um instrumento de proteção e resiliência. Ao compartilhar e transferir riscos, contribui para que pessoas, famílias, empresas e o próprio poder público possam enfrentar eventos adversos, preservar patrimônio, manter atividades e reconstruir suas trajetórias. Essa função econômica e social está diretamente relacionada ao papel atribuído ao Sistema Nacional de Seguros Privados no desenvolvimento equilibrado do País e no atendimento aos interesses da coletividade. Para a SUSEP, promover mercados sólidos, eficientes e acessíveis significa, portanto, contribuir para uma sociedade mais preparada para enfrentar riscos e incertezas.

Mas a construção da resiliência começa antes da ocorrência do risco e vai além da proteção financeira proporcionada pelo contrato de seguro. Ela depende da capacidade de compreender riscos, preveni-los, mitigá-los, administrá-los e tomar decisões conscientes sobre as formas de proteção disponíveis. É nesse espaço que a educação securitária e previdenciária desempenha papel fundamental. Uma sociedade que conhece melhor seus riscos também está mais preparada para preveni-los e enfrentá-los; consumidores mais informados podem identificar suas necessidades de proteção e avaliar alternativas; e o conhecimento produzido pela interação entre sociedade, regulador, academia e mercado pode favorecer o desenvolvimento de produtos, serviços e soluções cada vez mais adequados às necessidades das pessoas.

É com essa perspectiva que a SUSEP apresenta a Estratégia Nacional de Educação Securitária e Previdenciária. A iniciativa organiza uma visão de longo prazo para a atuação da Autarquia e busca mobilizar poder público, sistema educacional, universidades e centros de pesquisa, setor supervisionado, corretores de seguros, entidades representativas e sociedade civil em torno de um propósito comum: fortalecer uma cultura de proteção no Brasil. Mais do que disseminar conhecimentos sobre seguros e previdência, queremos contribuir para que a compreensão dos riscos, a prevenção, o planejamento e a proteção façam parte das decisões dos brasileiros ao longo de suas vidas.

Se o seguro torna a sociedade mais resiliente diante dos riscos, a educação securitária e previdenciária contribui para torná-la mais preparada antes mesmo que esses riscos se materializem. É essa cultura de proteção que esta Estratégia pretende ajudar a construir.

Alessandro Octaviani
Superintendente da SUSEP

Sumário

Sumário 3
Introdução — Educação securitária, cidadania e desenvolvimento 5
Capítulo 1 — Uma trajetória em construção: a atuação da SUSEP na promoção da educação securitária 9
1.1. Representação institucional e articulação de políticas públicas 9
1.2. Pesquisa e produção de conteúdo 11
1.3. Eventos de mobilização 14
1.4. Desenvolvimento e disponibilização de ferramentas 17
1.5. Cooperação institucional e construção de um ecossistema de educação securitária e previdenciária 19
1.6. Uma nova etapa 20
Capítulo 2 — Educação securitária como instrumento de cidadania, proteção e desenvolvimento 21
2.1. Educação securitária e previdenciária na formação do cidadão 22
2.2. Educação básica e formação para uma cultura de proteção 22
2.3. Ensino superior, formação profissional e desenvolvimento de competências 23
2.4. Formação dos formadores 24
2.5. Qualificação dos profissionais que atuam junto ao consumidor 25
2.6. Pós-graduação, pesquisa aplicada, inovação e desenvolvimento tecnológico 25
2.7. Informação, autonomia e empoderamento do consumidor 26
2.8. Inclusão e redução das lacunas de proteção 27
2.9. Educação securitária, qualidade do mercado e desenvolvimento 28
Capítulo 3 — Olhando para o futuro: diretrizes e ações estratégicas 30
3.1 Visão de futuro e objetivos estratégicos 31
3.2 Princípios e diretrizes 32
3.3 Públicos prioritários 34
3.4 Um ecossistema para a educação securitária e previdenciária 37
3.5 Eixos estratégicos de atuação 39

3.5.1 Representação institucional (E1) 39
3.5.2 Pesquisa e produção de conteúdo (E2) 40
3.5.3 Eventos de mobilização (E3) 41
3.5.4 Desenvolvimento e disponibilização de ferramentas (E4) 42
3.6 Rede PROTEGE 44
3.7 Horizonte de implementação e prioridades 46
Capítulo 4 — Implementação, acompanhamento e avaliação 48
4.1 Governança e coordenação da Estratégia 48
4.2 Planos periódicos de implementação 49
4.3 Responsabilidades, parcerias e mobilização de capacidades 50
4.4 Monitoramento e avaliação de resultados 51
4.5 Matriz de Monitoramento da Estratégia 52
4.5.1 Construção de indicadores próprios 53
4.5.2 Indicadores estratégicos e indicadores operacionais 54
4.5.3 Interpretação dos indicadores 55
Capítulo 5 — Agenda Estratégica de Ações 56
5.1 Agenda indicativa de ações de curto, médio e longo prazo 56
5.2 Priorização e implementação das ações 59
5.3 Cronograma indicativo de implementação — *Road Map* 2027–2031 60
Capítulo 6 — Conclusão 65

Introdução — Educação securitária, cidadania e desenvolvimento

O seguro desempenha papel essencial na organização econômica e social das sociedades modernas. Ao permitir a transferência, o compartilhamento e a gestão de riscos, os mecanismos de proteção securitária contribuem para preservar patrimônios, proteger famílias e empresas, viabilizar investimentos, conferir maior previsibilidade às atividades econômicas e ampliar a capacidade de indivíduos e organizações de enfrentar eventos adversos. Previdência complementar, seguros, resseguros e demais instrumentos de proteção financeira constituem, nesse sentido, componentes relevantes da infraestrutura econômica necessária ao desenvolvimento sustentável do País.

Essa função ultrapassa a dimensão individual dos contratos celebrados entre consumidores e fornecedores. A existência de mecanismos adequados de proteção contra riscos contribui para a resiliência de famílias, empresas e comunidades, reduz os impactos econômicos decorrentes de eventos inesperados e favorece a continuidade das atividades produtivas. Em uma sociedade cada vez mais exposta a riscos de diferentes naturezas — econômicos, climáticos, tecnológicos, demográficos, sanitários e patrimoniais —, compreender esses riscos e conhecer os instrumentos disponíveis para administrá-los torna-se parte importante da preparação dos cidadãos para a vida econômica e social.

É nesse contexto que deve ser compreendida a educação securitária. Mais do que transmitir informações sobre produtos de seguros, a educação securitária busca desenvolver conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos que permitam aos indivíduos compreender os riscos aos quais estão expostos, avaliar suas necessidades de proteção, conhecer os mecanismos disponíveis para sua mitigação ou transferência e tomar decisões conscientes e adequadas às suas circunstâncias.

A educação securitária compreende, portanto, não apenas o conhecimento acerca das características de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e demais produtos supervisionados, mas também o desenvolvimento de uma cultura de prevenção, proteção e gestão de riscos. Trata-se de capacitar o cidadão a reconhecer vulnerabilidades, compreender as consequências financeiras de eventos adversos, avaliar alternativas de proteção e incorporar a gestão de riscos ao seu planejamento financeiro ao longo das diferentes etapas da vida.

Sob essa perspectiva, a educação securitária integra um conceito mais amplo de cidadania financeira. O exercício pleno da cidadania financeira pressupõe que as pessoas tenham condições de compreender e utilizar adequadamente os instrumentos disponíveis no sistema financeiro, conhecer seus direitos e responsabilidades, avaliar riscos e oportunidades e tomar decisões compatíveis com seus objetivos e necessidades.



A educação financeira, por sua vez, constitui um dos instrumentos fundamentais para a construção dessa cidadania. Dentro dela, a educação securitária e previdenciária ocupa espaço próprio e indispensável: se a educação financeira prepara o indivíduo para administrar recursos, planejar seu orçamento, poupar, investir e tomar decisões econômicas, a educação securitária amplia essa capacidade ao incorporar a dimensão da incerteza e do risco. Não basta planejar como utilizar os recursos disponíveis; é necessário também compreender os eventos capazes de comprometer esse planejamento e conhecer os instrumentos existentes para proteger pessoas, renda, patrimônio e projetos de vida.

Nesse sentido, educação financeira e educação securitária são dimensões complementares de uma mesma política de fortalecimento da autonomia econômica dos cidadãos. Poupar, investir e planejar são decisões fundamentais; identificar, prevenir, mitigar e transferir riscos também o são. A construção de uma sociedade financeiramente mais preparada exige, portanto, que a cultura de proteção seja incorporada de maneira mais sistemática às iniciativas de educação financeira.

Para a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a promoção dessa cultura encontra-se diretamente relacionada à sua missão institucional. Como autarquia responsável pela supervisão dos mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta, capitalização e de proteção patrimonial mutualista, a SUSEP atua para promover sua estabilidade, eficiência e desenvolvimento, bem como para contribuir para a proteção dos consumidores e para o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Seguros Privados. O cumprimento dessa missão não se limita às funções tradicionais de regulação e supervisão, abrangendo também a promoção da educação financeira, securitária, previdenciária e de capitalização.

Essa atuação possui, ainda, uma dimensão mais ampla de desenvolvimento econômico e social. A Constituição Federal atribui ao sistema financeiro nacional a função de promover o desenvolvimento equilibrado do País e servir aos interesses da coletividade. Inserido nesse contexto, o setor de seguros exerce relevante função econômica ao mobilizar recursos, distribuir e administrar riscos e conferir maior segurança às decisões de consumo, investimento e produção. A ampliação da educação securitária contribui para que esses mecanismos sejam conhecidos, compreendidos e utilizados de maneira mais ampla e adequada pela sociedade.

A existência de consumidores mais bem informados também contribui para o aperfeiçoamento do próprio mercado. Quanto maior a capacidade do cidadão de identificar suas necessidades, compreender coberturas, avaliar alternativas, comparar produtos, reconhecer seus direitos e exigir informações claras, maior tende a ser a pressão competitiva para que as empresas desenvolvam soluções adequadas às necessidades da população. Nesse sentido, a educação securitária pode funcionar também como mecanismo complementar à regulação e à supervisão, ao reduzir assimetrias de informação e fortalecer a capacidade do consumidor de atuar de maneira consciente nas relações de mercado. Essa relação entre educação, redução das assimetrias informacionais e decisões mais conscientes já constitui um dos fundamentos do modelo de atuação desenvolvido pela SUSEP.

Uma sociedade com maior nível de letramento securitário também oferece melhores condições para a expansão sustentável da cobertura de riscos. A compreensão dos instrumentos de proteção pode contribuir para aproximar o mercado de segmentos da população ainda pouco atendidos, estimular a criação de produtos mais adequados às diferentes realidades econômicas e sociais e favorecer a redução das lacunas de proteção existentes no País. Ao mesmo tempo, consumidores mais conscientes e profissionais mais qualificados criam condições para relações de mercado mais transparentes, equilibradas e baseadas em confiança.

Os benefícios da educação securitária, contudo, não se restringem aos consumidores. A formação de profissionais qualificados, a capacitação de educadores e multiplicadores, a aproximação entre o setor de seguros e as instituições de ensino e pesquisa e o estímulo à produção de conhecimento podem contribuir para elevar o capital humano disponível ao setor. Em nível mais avançado, a pesquisa aplicada e a interação entre universidades, centros de pesquisa, reguladores e mercado podem estimular inovação, novas tecnologias e novos modelos de proteção capazes de enfrentar riscos emergentes e ampliar a fronteira de riscos passíveis de cobertura.

Essa visão exige que a educação securitária seja tratada como uma política permanente e articulada, capaz de alcançar diferentes públicos e diferentes momentos da formação do indivíduo. Ela começa pela formação do cidadão, inclusive no ambiente escolar; passa pela formação técnica e superior dos profissionais que atuarão no mercado; envolve a capacitação de professores, corretores de seguros e outros multiplicadores; alcança a pesquisa, a pós-graduação e a inovação; e retorna à sociedade na forma de melhores informações, profissionais mais preparados, consumidores mais conscientes, produtos mais adequados e novas soluções de proteção.

A experiência acumulada pela SUSEP nos últimos anos fornece uma base importante para esse novo estágio. A participação em políticas nacionais de educação financeira, a atuação no Fórum Brasileiro de Educação Financeira, a inserção da temática securitária em iniciativas voltadas ao ambiente escolar, a produção de conteúdos, a participação em campanhas e eventos e o desenvolvimento de ferramentas de apoio ao cidadão vêm consolidando diferentes frentes de atuação. As iniciativas propostas pela SUSEP organizam-se em quatro eixos complementares — representação institucional, produção de conteúdo e pesquisa, eventos de mobilização e desenvolvimento e disponibilização de ferramentas.

O desafio que se apresenta agora é integrar essas iniciativas em uma visão estratégica de longo prazo, estabelecendo objetivos comuns, prioridades, públicos, instrumentos de atuação e resultados esperados. Mais do que ampliar a quantidade de ações realizadas, pretende-se aumentar sua capacidade de produzir mudanças permanentes na relação da sociedade brasileira com o risco, a prevenção e a proteção.

A Estratégia Nacional de Educação Securitária e Previdenciária tem por propósito estabelecer princípios e diretrizes para orientar a atuação da SUSEP e dos demais atores que integram o

ecossistema de seguros na promoção da educação securitária e previdenciária no País. A Estratégia busca articular e potencializar iniciativas existentes, fomentar novas ações, ampliar a cooperação entre instituições públicas e privadas, aproximar o setor de seguros do sistema educacional e da comunidade acadêmica e estimular a produção, a disseminação e a aplicação do conhecimento relacionado à gestão de riscos e aos mecanismos de proteção.

Parte-se do entendimento de que a construção de uma cultura de proteção não constitui tarefa exclusiva do Estado ou do órgão supervisor, mas demanda a participação coordenada dos diferentes atores que integram o ecossistema de seguros. Seguradoras, entidades de previdência complementar aberta, sociedades de capitalização, resseguradores, cooperativas de seguros, associações de proteção patrimonial mutualista, corretores, entidades representativas, instituições de ensino e pesquisa, educadores, organizações da sociedade civil e órgãos públicos possuem competências, capacidades e canais de atuação distintos e complementares, cuja articulação pode ampliar significativamente o alcance e a efetividade das iniciativas de educação securitária e previdenciária.

Nesse contexto, cabe à SUSEP exercer papel de indução, articulação e orientação, promovendo a convergência de esforços em torno de objetivos comuns, sem substituir as iniciativas próprias dos diferentes participantes do ecossistema. A Estratégia pretende, assim, constituir um referencial capaz de orientar não apenas as ações diretamente executadas pela Autarquia, mas também de estimular iniciativas desenvolvidas de forma cooperativa ou autônoma pelos demais atores, respeitadas suas respectivas competências e responsabilidades.

Mais do que ensinar seguros, portanto, esta Estratégia pretende contribuir para a construção de uma cultura nacional de gestão de riscos e proteção. Uma cultura na qual cidadãos compreendam melhor os riscos a que estão sujeitos; profissionais estejam preparados para desenvolver e oferecer soluções adequadas; pesquisadores contribuam para expandir as fronteiras do conhecimento e da inovação; consumidores disponham de instrumentos para exercer escolhas conscientes; e o mercado seja continuamente estimulado a responder às necessidades de proteção da sociedade.

Ao estabelecer essa agenda, a SUSEP reconhece a educação securitária e previdenciária não apenas como instrumento de informação ao consumidor, mas como componente essencial da cidadania financeira e como vetor de inclusão, proteção, inovação e desenvolvimento econômico e social. Por meio desta Estratégia, a Autarquia busca oferecer um referencial comum capaz de orientar sua própria atuação e mobilizar os diferentes atores do ecossistema de seguros em torno da construção de uma cultura de proteção cada vez mais disseminada na sociedade brasileira.

Capítulo 1 — Uma trajetória em construção: a atuação da SUSEP na promoção da educação securitária

A formulação da Estratégia Nacional de Educação Securitária e Previdenciária não constitui um ponto de partida, mas uma nova etapa de um processo que vem sendo construído pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP ao longo dos últimos anos. A Autarquia vem progressivamente ampliando e diversificando sua atuação no campo da educação financeira, securitária e previdenciária, por meio da participação em políticas públicas nacionais, da articulação com outras instituições, da produção e disseminação de conteúdos, da realização de eventos e campanhas e do desenvolvimento de ferramentas destinadas a ampliar o acesso da sociedade a informações sobre os mercados supervisionados.

Esse processo também tem sido acompanhado pelo fortalecimento institucional da temática no âmbito da SUSEP. A educação securitária e previdenciária encontra-se expressamente incorporada às competências da Diretoria de Regulação Prudencial e Estudos Econômicos – DIRPE e da Coordenação-Geral de Estudos Econômicos – CGECO, cabendo à Coordenação de Educação Financeira – COEFI planejar, executar e acompanhar atividades relacionadas a esses temas, propor programas, projetos e materiais, apoiar a formulação de estratégias e políticas, promover a articulação com outras instituições e monitorar os resultados das ações realizadas.

A consolidação dessas competências contribuiu para que iniciativas anteriormente desenvolvidas em diferentes frentes passassem a ser progressivamente articuladas em torno de uma visão mais ampla de promoção da cidadania financeira e da cultura de proteção. A experiência acumulada permite hoje identificar quatro grandes eixos que sintetizam essa trajetória e que, ao mesmo tempo, oferecem a base para a atuação futura: representação institucional; pesquisa e produção de conteúdo; eventos de mobilização; e desenvolvimento e disponibilização de ferramentas.

1.1. Representação institucional e articulação de políticas públicas

A promoção da educação securitária e previdenciária exige articulação com políticas públicas e iniciativas que ultrapassam os limites institucionais do mercado de seguros. Por essa razão, a representação institucional constitui uma dimensão relevante da atuação da SUSEP, permitindo que os temas relacionados à gestão de riscos, proteção financeira, seguros e previdência complementar aberta sejam incorporados a agendas mais amplas de educação financeira e cidadania.

Nesse campo, destaca-se a participação da SUSEP no Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, instância de articulação dos órgãos e entidades responsáveis pela implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. A participação no Fórum permite à Autarquia contribuir para a formulação de iniciativas nacionais de educação financeira e promover maior integração entre os temas relacionados aos mercados supervisionados e as demais dimensões da cidadania financeira.

Essa atuação ganhou especial relevância durante o período em que a SUSEP exerceu a Presidência do FBEF. Nessa condição, a Autarquia participou da coordenação das atividades do Fórum e da organização das edições de 2025 e 2026 da Semana Nacional de Educação Financeira – Semana ENEF, aprofundando sua interlocução com órgãos públicos, instituições de ensino, entidades do mercado e demais participantes da Estratégia Nacional de Educação Financeira.



Outra frente relevante de articulação institucional encontra-se na aproximação entre educação financeira e educação básica. A SUSEP integra o Comitê Estratégico do Programa Na Ponta do Lápis, coordenado pelo Ministério da Educação, participando das discussões destinadas à promoção da educação financeira no ambiente escolar. Essa participação cria oportunidade para que conhecimentos relacionados à gestão de riscos, seguros, previdência complementar aberta e demais mecanismos de proteção sejam progressivamente incorporados às iniciativas de formação financeira dos estudantes e também dos educadores.

A atuação institucional da SUSEP alcança também fóruns, grupos técnicos, redes de cooperação e organismos nacionais e internacionais relacionados à educação financeira, proteção do consumidor, inclusão financeira e desenvolvimento dos mercados supervisionados. Nesse contexto, destaca-se sua participação em iniciativas e discussões promovidas pela Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS), pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pela Associação de Supervisores de Seguros da América Latina (ASSAL) e pela Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL), inclusive em agendas relacionadas ao letramento financeiro e securitário. A interlocução com essas instituições favorece o intercâmbio de experiências, conhecimentos e boas práticas,

contribuindo para o aperfeiçoamento das iniciativas desenvolvidas no País e sua aproximação com experiências adotadas em outras jurisdições.



Cooperação e acompanhamento internacional

Essa trajetória evidencia que a educação securitária e previdenciária possui natureza essencialmente transversal. Sua promoção demanda interlocução com diferentes políticas públicas e a construção de pontes entre supervisão, educação, proteção do consumidor, inclusão financeira, securitária e previdenciária, desenvolvimento econômico e gestão de riscos.

1.2. Pesquisa e produção de conteúdo

A produção, disseminação e aplicação do conhecimento constituem outra vertente fundamental da atuação da SUSEP na promoção da educação securitária e previdenciária. Essa atuação compreende tanto a elaboração de conteúdos destinados a ampliar o conhecimento da sociedade sobre seguros, previdência complementar aberta, capitalização, gestão de riscos e planejamento financeiro quanto o estímulo à produção acadêmica e à pesquisa aplicada relacionada aos mercados supervisionados.

No campo da disseminação de conhecimento para a sociedade, o Portal Meu Futuro Seguro constitui um dos principais instrumentos dessa atuação. Concebido como ambiente digital dedicado à educação financeira e securitária, o Portal reúne notícias, cartilhas, guias, vídeos, informações sobre produtos supervisionados, conteúdos organizados por etapas da vida e outros materiais destinados a apoiar o cidadão na compreensão dos mecanismos de proteção financeira.

A produção de conteúdo também passou a utilizar diferentes formatos e canais digitais, inclusive as mídias sociais da SUSEP, buscando adequar linguagem, extensão e formato das informações às características dos diferentes públicos. A diversificação dos canais permite ampliar a capilaridade das iniciativas e aproximar os temas securitários e previdenciários do cotidiano da população.



No ambiente escolar, a participação em iniciativas como o Programa Na Ponta do Lápis permite contribuir para a produção e disseminação de conteúdos destinados a estudantes e educadores. Paralelamente, a SUSEP vem participando e avaliando iniciativas de caráter educacional e lúdico, incluindo olimpíadas de educação financeira e projetos voltados especificamente aos temas de seguros e previdência.



No âmbito da educação básica, destaca-se ainda a contribuição da SUSEP para a elaboração e inserção de conteúdos relacionados a seguros na "Matriz de Competências de Letramento Financeiro"[1] do portal "Aprender Valor", plataforma oficial do Programa "Na Ponta do Lápis". A iniciativa constitui importante passo para que a educação securitária e previdenciária seja incorporada de forma transversal a diferentes componentes curriculares do ensino fundamental e médio, criando referências para que temas relacionados a riscos, prevenção, seguros e cultura de proteção possam integrar progressivamente a formação dos estudantes.

A atuação da SUSEP na produção de conhecimento, entretanto, não se limita aos conteúdos diretamente destinados à educação e orientação da população. Nos últimos anos, a Autarquia vem buscando fortalecer sua aproximação com universidades e instituições de ensino e

[1] A Matriz pode ser acessada em https://aprendervalor.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Matriz%20Geral.pdf

pesquisa, reconhecendo o papel da produção acadêmica e científica para o desenvolvimento do mercado de seguros e para o aperfeiçoamento das próprias atividades de regulação e supervisão.



Nesse contexto, a SUSEP mantém acordos e iniciativas de cooperação com instituições acadêmicas, entre as quais a Fundação Getúlio Vargas – FGV, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, voltados ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos de interesse dos mercados supervisionados. Essas parcerias permitem aproximar o conhecimento produzido no ambiente acadêmico dos desafios concretos enfrentados pelo regulador, pelo mercado e pela sociedade, ao mesmo tempo em que contribuem para ampliar a presença dos temas securitários e previdenciários na agenda de pesquisa das instituições de ensino e pesquisa.



Destaca-se, em particular, a cooperação com o IMPA para o desenvolvimento do Laboratório de Seguros – LAB, concebido como espaço de aproximação entre conhecimento científico, pesquisa aplicada, tecnologia e os desafios concretos do setor segurador. O Laboratório busca criar condições para que competências acadêmicas e tecnológicas possam ser mobilizadas na investigação de problemas relevantes para o mercado e no desenvolvimento de metodologias e soluções aplicáveis às atividades relacionadas a seguros e à supervisão.

Essa iniciativa representa uma dimensão especialmente importante da educação securitária em nível avançado. A consolidação de uma cultura de seguros no País depende não apenas da ampliação do conhecimento da população, mas também da existência de uma comunidade acadêmica e profissional capaz de produzir conhecimento novo, desenvolver metodologias, formar pesquisadores e profissionais qualificados e transformar resultados de pesquisa em soluções concretas.

A aproximação entre a SUSEP, universidades, centros de pesquisa e o setor segurador cria, dessa forma, um ciclo virtuoso. Os desafios enfrentados pelo mercado e pelo regulador podem estimular novas agendas de investigação; a pesquisa acadêmica pode produzir conhecimento, métodos e tecnologias aplicáveis a esses desafios; e os resultados alcançados podem retornar ao mercado e à sociedade na forma de inovação, maior eficiência, novos instrumentos de análise e novas soluções de proteção.

Por fim, a produção e a disseminação de informações sobre o mercado supervisionado também desempenham papel relevante nesse processo. Publicações institucionais da SUSEP, como o Boletim SUSEP, ao apresentarem de forma sistematizada dados e indicadores sobre a evolução dos mercados de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros — incluindo informações sobre prêmios, sinistralidade e desempenho dos diferentes segmentos — , cumprem não apenas uma função de transparência e acompanhamento do setor, mas também contribuem para a educação securitária. Ao ampliar o acesso a informações e favorecer a compreensão sobre a dimensão, a dinâmica e o funcionamento desses mercados, essas publicações ajudam a aproximar o setor da sociedade e a formar uma visão mais qualificada sobre os mecanismos de proteção e sua relevância econômica e social.



1.3. Eventos de mobilização

A realização de eventos constitui importante instrumento para ampliar o alcance das iniciativas educacionais, promover o contato direto com diferentes públicos e mobilizar instituições em torno da educação financeira, securitária e previdenciária.

Entre essas iniciativas, destaca-se a Semana Nacional de Educação Financeira – Semana ENEF, principal mobilização nacional dedicada ao tema. Além de promover e participar de palestras, seminários, oficinas, cursos e outras atividades, a SUSEP coordenou, na condição de presidente

do FBEF, a organização das edições de 2025 e 2026 da Semana[2], fortalecendo sua experiência na articulação de iniciativas de grande alcance e realizadas em parceria com diferentes instituições.



A SUSEP também participa da Global Money Week, campanha internacional de educação financeira, tendo desenvolvido, na edição de 2026, conteúdos voltados especialmente ao público jovem. A experiência reforça a importância de iniciativas capazes de utilizar linguagens e instrumentos adequados a públicos específicos e de inserir a educação securitária em mobilizações mais amplas de educação financeira.

A experiência acumulada nessas iniciativas evidenciou, contudo, a oportunidade de criar espaços de mobilização especificamente voltados à educação securitária e previdenciária e à cultura de proteção, capazes de conferir maior visibilidade aos temas relacionados aos mercados supervisionados pela SUSEP e de promover o diálogo entre o poder público, o setor de seguros, instituições de ensino e pesquisa e a sociedade.

Um importante antecedente dessa agenda foi o "Diálogo Setorial: Desafios e Inovação na Educação Securitária e Previdenciária", realizado pela SUSEP em 5 de agosto de 2025, no Rio de Janeiro. O encontro reuniu representantes da Autarquia, do Ministério da Previdência Social e de diferentes segmentos do setor para discutir iniciativas, experiências e boas práticas voltadas à promoção da educação securitária e previdenciária no País. Organizado em três painéis temáticos, o evento abordou os caminhos para uma sociedade mais segura e consciente, a educação previdenciária e a educação financeira como instrumento de defesa do consumidor.



A realização do Diálogo Setorial constituiu uma primeira experiência de mobilização especificamente dedicada à discussão da educação securitária e previdenciária, permitindo reunir diferentes atores do ecossistema em torno de uma agenda comum. Nesse sentido, o

[2] Os relatórios podem ser acessados em https://www.gov.br/semanaenef/pt-br/sobre

encontro pode ser compreendido como um dos embriões da construção de uma agenda própria e recorrente de mobilização sobre o tema, complementar às iniciativas mais amplas desenvolvidas no âmbito da educação financeira.

A experiência contribuiu para amadurecer a proposta de criação de um momento nacional dedicado especificamente à educação securitária e previdenciária. A iniciativa parte do reconhecimento de que a inserção desses temas em mobilizações mais amplas, como a Semana ENEF, é fundamental para sua integração à agenda de cidadania financeira, mas pode ser complementada por espaços próprios, nos quais questões relacionadas a seguros, previdência, gestão de riscos e cultura de proteção possam ser tratadas com maior profundidade e visibilidade.

Ao mesmo tempo, a experiência das últimas edições da Semana ENEF evidenciou a importância de ampliar a capilaridade territorial das iniciativas de educação securitária e previdenciária, particularmente nas regiões Norte e Nordeste. Em um país marcado por expressiva diversidade regional, a construção de uma cultura de proteção exige que as ações educacionais alcancem diferentes territórios e sejam capazes de dialogar com suas características econômicas, sociais e culturais.



É nesse contexto que se insere a organização, pela SUSEP, em conjunto com a Confederação Nacional das Seguradoras – CNseg, do "1º Encontro de Educação Securitária e Previdenciária do Norte e Nordeste", previsto para novembro de 2026, em João Pessoa, na Paraíba. A iniciativa busca estabelecer um espaço regional de mobilização, diálogo e disseminação de conhecimento sobre seguros, previdência e gestão de riscos, reunindo poder público, entidades do setor, profissionais, instituições de ensino e demais atores interessados na promoção da cultura de proteção.

O Encontro pretende também contribuir para a aproximação entre dois grupos de atores considerados estratégicos para ampliar a capilaridade das ações de educação securitária e previdenciária: os profissionais da educação, por meio das redes e secretarias estaduais e municipais de educação, e os corretores de seguros, com a participação de suas entidades representativas. A aproximação entre esses públicos pode favorecer a construção de uma rede de multiplicadores, na qual a experiência e o conhecimento dos profissionais do setor contribuam para a capacitação de educadores e para o desenvolvimento de atividades voltadas às comunidades escolares. Busca-se, assim, criar condições para que conteúdos relacionados a riscos, seguros, previdência e cultura de proteção possam alcançar progressivamente novos

públicos e territórios, aproveitando a presença e a capilaridade desses atores em suas respectivas comunidades.

A realização do Encontro em João Pessoa permite, ainda, aproveitar a mobilização proporcionada pela Semana Municipal do Seguro, integrante do calendário oficial do Município, criando sinergia entre uma iniciativa local já estabelecida e a agenda nacional de educação securitária e previdenciária. O evento representa, dessa forma, uma oportunidade de aproximar a atuação institucional da SUSEP das realidades regionais e, simultaneamente, ampliar a participação dos diferentes integrantes do ecossistema na promoção da educação securitária.

O Encontro Norte-Nordeste representa, assim, um novo passo no processo iniciado por experiências como o Diálogo Setorial de 2025. De um lado, contribui para a construção de momentos de mobilização especificamente dedicados à cultura de proteção; de outro, promove a descentralização territorial das ações e responde à necessidade de ampliar a presença das iniciativas educacionais nas regiões Norte e Nordeste. Sua organização em conjunto com entidades representativas do setor também exemplifica o modelo de atuação em ecossistema que orienta esta Estratégia.

Essa trajetória aponta para a conveniência de consolidar, progressivamente, um momento nacional de mobilização dedicado à educação securitária e previdenciária, capaz de articular iniciativas realizadas em diferentes regiões do País e de mobilizar instituições públicas e privadas em torno da disseminação da cultura de proteção. Seu formato poderá evoluir a partir das experiências acumuladas, sem necessariamente se restringir, desde logo, à configuração de uma semana específica.

Mais do que atividades isoladas de divulgação, portanto, os eventos de mobilização podem funcionar como instrumentos de articulação e multiplicação. Ao reunir poder público, mercado, instituições de ensino, profissionais, educadores, estudantes e consumidores, essas iniciativas permitem compartilhar experiências, ampliar a capilaridade das ações, estimular iniciativas locais e criar espaços de diálogo sobre riscos, prevenção e proteção.

1.4. Desenvolvimento e disponibilização de ferramentas

A educação securitária e previdenciária também se materializa por meio de instrumentos que permitam ao cidadão acessar informações, compreender alternativas, comparar produtos e tomar decisões mais bem fundamentadas.

Nesse sentido, a atuação da SUSEP não se restringe à produção de conteúdos educativos. A Autarquia disponibiliza diferentes sistemas de consulta, calculadoras, painéis e outras ferramentas desenvolvidas por suas áreas técnicas e destinadas a consumidores, pesquisadores e demais interessados. Entre os exemplos mencionados no documento que serve de base a esta



Estratégia estão sistemas de consulta a produtos, calculadoras de previdência, o SusepCon[3] e o Painel de Inteligência[4].

A disponibilização dessas ferramentas contribui para transformar informação em capacidade prática de decisão. Ao facilitar o acesso a dados confiáveis e apresentá-los de forma compreensível, esses instrumentos podem reduzir assimetrias de informação, aumentar a transparência e fortalecer a capacidade dos cidadãos de avaliar riscos e alternativas.

Novas tecnologias também ampliam as possibilidades de atuação nesse campo. Pode-se citar, por exemplo, iniciativa em estudo para incorporar conteúdos securitários e previdenciários à plataforma Meu Bolso em Dia[5], em parceria com a Febraban, utilizando recursos de inteligência artificial para disponibilização de orientações e conteúdos personalizados.

A evolução desse eixo aponta para uma concepção mais ampla de ferramenta educacional: não apenas um repositório de informações, mas instrumentos interativos capazes de apoiar o cidadão na compreensão de riscos, na identificação de necessidades de proteção e na avaliação das alternativas disponíveis.



[3] A ferramenta SusepCon pode ser acessada em https://www.gov.br/susep/pt-br/central-de-conteudos/central-de-paineis/painel-susepcon

[4] O Painel de Inteligência de Mercado da Susep pode ser acessado em https://www2.susep.gov.br/safe/menuestatistica/pims.html

[5] O Portal Meu Bolso em Dia pode ser acessado em https://plataforma.meubolsoemdia.com.br/

1.5. Cooperação institucional e construção de um ecossistema de educação securitária e previdenciária

A experiência acumulada pela SUSEP também demonstrou que a escala e a diversidade dos desafios relacionados à educação securitária e previdenciária tornam insuficiente uma atuação baseada exclusivamente nos recursos e canais de uma única instituição.

As dimensões territoriais do País, a diversidade social e econômica da população, os diferentes níveis de conhecimento financeiro e a necessidade de alcançar públicos com características muito distintas exigem articulação de competências, recursos, experiências e canais de comunicação. A atuação em rede permite ampliar a produção de conhecimento, desenvolver conteúdos e disseminar informações de qualidade por meio da conjugação de esforços entre instituições públicas, instituições de ensino, sociedade civil e organizações privadas.

Rede Protege
Rede de Cooperação para Educação Securitária
MAIS CONHECIMENTO. MAIS PROTEÇÃO. MAIS FUTURO.

É nesse contexto que se insere a proposta de constituição da Rede PROTEGE – Rede para a Promoção da Educação Financeira, Securitária, Previdenciária, de Capitalização e da Cultura de Proteção. Concebida como ambiente permanente de cooperação, a Rede pretende reunir iniciativas e parceiros capazes de contribuir para a produção de conteúdos educacionais, pesquisas, capacitações e outras ações de interesse comum.

Essa lógica de cooperação assume importância ainda maior no âmbito da presente Estratégia. A educação securitária e previdenciária não deve ser compreendida como responsabilidade exclusiva da SUSEP. Sua promoção depende da contribuição dos diferentes integrantes do ecossistema de seguros, incluindo empresas supervisionadas, corretores, entidades representativas, instituições de ensino e pesquisa, educadores, organizações da sociedade civil, órgãos públicos e demais instituições capazes de contribuir para a disseminação da cultura de proteção.

À SUSEP cabe exercer papel de liderança institucional, articulação, orientação e indução, estabelecendo referenciais e estimulando a convergência de esforços, ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza a capacidade dos demais atores de desenvolver iniciativas próprias ou em cooperação.

1.6. Uma nova etapa

As iniciativas desenvolvidas até aqui permitiram acumular experiências, estabelecer parcerias, desenvolver conteúdos e ferramentas, ampliar a presença da educação securitária e previdenciária em políticas de educação financeira e experimentar diferentes formas de relacionamento com a sociedade.

Ao mesmo tempo, essa trajetória evidencia a oportunidade de avançar de um conjunto de iniciativas relevantes para uma atuação progressivamente mais integrada, estruturada e orientada por objetivos de longo prazo.

A Estratégia Nacional de Educação Securitária e Previdenciária representa essa nova etapa.

Seu propósito não é substituir as iniciativas existentes, mas integrá-las, potencializá-las e conferir-lhes direção comum, estabelecendo prioridades e diretrizes capazes de orientar a atuação da SUSEP e dos demais atores do ecossistema de seguros. A experiência acumulada constitui, portanto, o ponto de partida para uma agenda que busca ampliar o alcance da educação securitária e previdenciária e transformar conhecimento em capacidade efetiva de proteção.

Capítulo 2 — Educação securitária como instrumento de cidadania, proteção e desenvolvimento

A educação securitária e previdenciária produz efeitos que ultrapassam o conhecimento sobre produtos ou a capacidade de realizar escolhas individuais de contratação. Quando compreendida de forma ampla, ela contribui para desenvolver conhecimentos, competências e comportamentos relacionados à percepção e à gestão de riscos, ao planejamento de longo prazo, à prevenção e à proteção financeira.

Essa perspectiva insere a educação securitária e previdenciária no campo mais amplo da cidadania financeira. A capacidade de administrar adequadamente os recursos disponíveis constitui uma dimensão importante dessa cidadania, mas não a esgota. Pessoas, famílias e organizações estão permanentemente sujeitas a eventos capazes de comprometer renda, patrimônio, projetos e condições de vida. Por isso, à capacidade de poupar, consumir, investir e utilizar crédito de forma consciente deve se somar a capacidade de identificar riscos, avaliar suas possíveis consequências e conhecer os instrumentos disponíveis para preveni-los, mitigá-los, compartilhá-los ou transferi-los.

A própria atuação educacional da SUSEP parte dessa complementaridade. Os conteúdos institucionais da Autarquia associam a educação financeira à capacidade de realizar escolhas conscientes e incluem entre essas decisões a contratação de seguros e o planejamento da aposentadoria. Também reconhecem seguros e previdência como instrumentos capazes de contribuir para a gestão dos impactos financeiros associados aos riscos e às diferentes etapas da vida.

A Estratégia Nacional de Educação Securitária e Previdenciária adota, portanto, uma concepção que vai além da disseminação de informações. Seu propósito é contribuir para a formação de uma cultura de prevenção e de proteção, na qual indivíduos e organizações sejam capazes de reconhecer sua exposição a riscos, compreender as alternativas existentes e incorporar a prevenção, a proteção e o planejamento de longo prazo aos seus processos de decisão.

Essa transformação demanda atuação sobre diferentes públicos e em diferentes etapas do processo de formação. Crianças e jovens podem desenvolver desde cedo conhecimentos e atitudes relacionados à prevenção e à proteção; professores e educadores podem atuar como multiplicadores; universidades e instituições de ensino podem formar profissionais e produzir conhecimento; pesquisadores podem contribuir para a inovação; profissionais do setor podem disseminar conhecimento especializado; e consumidores mais informados podem tomar decisões mais conscientes e participar de maneira mais ativa da própria dinâmica do mercado.



A educação securitária e previdenciária deve ser compreendida, assim, como um processo permanente de formação, capaz de produzir benefícios individuais e coletivos e de contribuir simultaneamente para a cidadania, a proteção do consumidor, a inclusão, a inovação e o desenvolvimento sustentável dos mercados supervisionados.

2.1. Educação securitária e previdenciária na formação do cidadão

A percepção e a gestão de riscos fazem parte de inúmeras decisões tomadas ao longo da vida. A escolha de uma profissão, a aquisição de uma residência, a constituição de uma família, a abertura de uma empresa, a formação de patrimônio e o planejamento da aposentadoria envolvem decisões que combinam expectativas de futuro e diferentes graus de incerteza.

Desenvolver uma cultura de proteção significa permitir que o cidadão incorpore essa dimensão às suas escolhas. Não se trata de induzir a contratação de determinado produto, mas de proporcionar conhecimentos e instrumentos para que cada indivíduo seja capaz de identificar os riscos a que está exposto, avaliar suas consequências e decidir, de maneira consciente, quais formas de prevenção, mitigação ou proteção são adequadas à sua realidade.

Essa distinção é fundamental. Educação securitária não se confunde com promoção comercial de seguros, assim como educação previdenciária não significa estimular indistintamente a contratação de planos de previdência. A finalidade educacional é desenvolver capacidade de análise e decisão. Em determinadas situações, um seguro poderá constituir a solução adequada; em outras, a retenção consciente do risco, a formação de reservas, medidas preventivas ou outros mecanismos poderão ser mais apropriados.

A formação do cidadão deve, portanto, desenvolver não apenas conhecimento sobre produtos, mas também percepção de riscos, capacidade de planejamento e autonomia decisória. É essa combinação que permite inserir a educação securitária e previdenciária em uma concepção mais abrangente de cidadania financeira.

2.2. Educação básica e formação para uma cultura de proteção

A escola ocupa posição privilegiada na construção dessa cultura. É durante a educação básica que crianças e jovens desenvolvem conhecimentos, comportamentos e referências que poderão acompanhá-los durante toda a vida.

A inserção da educação securitária e previdenciária no ambiente escolar não pressupõe a criação de uma disciplina dedicada à apresentação de produtos financeiros. Seu potencial está justamente na abordagem transversal de temas relacionados a risco, prevenção, planejamento,

solidariedade, proteção e escolhas diante da incerteza, conectando-os a situações concretas e adequadas às diferentes faixas etárias.

Questões como segurança, prevenção de acidentes, proteção do patrimônio, consequências financeiras de acontecimentos inesperados, planejamento de projetos futuros e preparação para diferentes etapas da vida podem oferecer oportunidades para desenvolver, progressivamente, a compreensão sobre riscos e mecanismos de proteção.

Essa abordagem permite que a educação securitária se integre à formação cidadã e financeira dos estudantes. A participação da SUSEP no Programa Na Ponta do Lápis e em outras iniciativas voltadas ao ambiente escolar constitui uma oportunidade para contribuir para esse processo. A Autarquia já participa de iniciativas destinadas tanto à construção do letramento financeiro dos estudantes quanto à formação de professores da educação básica.

Ao introduzir esses conceitos desde a educação básica, pretende-se contribuir para a formação de gerações mais preparadas para lidar com riscos e incertezas e para incorporar a prevenção e o planejamento às decisões individuais e familiares.

Os efeitos desse aprendizado, contudo, não se restringem aos próprios estudantes. Crianças e adolescentes podem atuar como importantes multiplicadores do conhecimento, levando para o ambiente familiar temas discutidos na escola e estimulando o diálogo com pais, responsáveis, irmãos e outros integrantes de suas comunidades. Dessa forma, a educação securitária desenvolvida no ambiente escolar tem potencial para alcançar indiretamente públicos muito mais amplos do que aqueles diretamente envolvidos nas atividades educacionais.

Essa capacidade de disseminação reforça o papel estratégico da escola na construção de uma cultura de proteção. Ao incorporar no cotidiano familiar discussões sobre riscos, prevenção, planejamento e mecanismos de proteção, o conhecimento adquirido pelos estudantes pode contribuir também para decisões mais conscientes no âmbito das famílias, ampliando o alcance social das iniciativas de educação securitária e previdenciária.

2.3. Ensino superior, formação profissional e desenvolvimento de competências

A formação em educação securitária e previdenciária não se encerra na educação básica. O desenvolvimento de um mercado capaz de responder a riscos cada vez mais complexos demanda profissionais qualificados em diferentes áreas do conhecimento.

Seguros e previdência dialogam com economia, administração, direito, estatística, atuária, matemática, engenharia, tecnologia da informação, ciência de dados, ciências sociais e diversas outras áreas. Ampliar a presença desses temas na formação superior pode contribuir tanto para

qualificar profissionais que atuarão diretamente no setor quanto para aproximar novas áreas do conhecimento dos problemas relacionados à gestão de riscos e proteção.

Essa aproximação é especialmente relevante diante da transformação dos riscos enfrentados pela sociedade. Mudanças tecnológicas, demográficas, ambientais e econômicas criam novas necessidades de proteção e exigem capacidade crescente de mensuração, modelagem, prevenção e desenvolvimento de soluções.

Nesse contexto, universidades, instituições de ensino e entidades de formação profissional constituem atores relevantes da Estratégia. A aproximação entre essas instituições, a SUSEP e o mercado pode favorecer o desenvolvimento de conteúdos, disciplinas, programas de formação, ofertas de bolsas e estágios e projetos capazes de ampliar o capital humano disponível para o setor.

2.4. Formação dos formadores

A escala necessária para disseminar a educação securitária e previdenciária no País torna inviável uma estratégia baseada exclusivamente na atuação direta da SUSEP ou das instituições do mercado. É necessário formar multiplicadores capazes de levar esse conhecimento a outros públicos.

Os profissionais da educação ocupam posição central nesse processo. Professores, coordenadores pedagógicos e demais educadores possuem experiência didática e acesso permanente aos estudantes, mas nem sempre têm, em sua formação original, contato aprofundado com temas relacionados a seguros, previdência e gestão de riscos. A Estratégia deve contribuir para que esses profissionais tenham acesso a conteúdos confiáveis, materiais adequados e oportunidades de capacitação.

Essa formação não pressupõe transformar professores em especialistas em seguros. O objetivo é fornecer conhecimentos e instrumentos suficientes para que possam abordar conceitos relacionados a riscos, prevenção, planejamento e proteção de maneira pedagogicamente adequada.

A formação dos formadores pode ainda ser potencializada pela aproximação com profissionais que detenham conhecimento técnico sobre o mercado. Nesse sentido, a articulação entre redes de ensino e profissionais do setor segurador, inclusive corretores de seguros e suas entidades representativas, pode contribuir para a formação de redes locais de multiplicadores. Essa cooperação pode aproximar conhecimento técnico e capacidade pedagógica, ampliando significativamente a capilaridade das iniciativas.



2.5. Qualificação dos profissionais que atuam junto ao consumidor

Os profissionais que mantêm contato direto com consumidores também exercem papel relevante na educação securitária e previdenciária. Para grande parcela da população, o primeiro contato mais aprofundado com conceitos relacionados a riscos, coberturas e proteção ocorre justamente no momento de avaliar uma necessidade concreta.

Nesse contexto, os corretores de seguros, entre outros profissionais do ecossistema, possuem potencial para atuar não apenas na intermediação, mas também como agentes de disseminação de conhecimento sobre riscos e proteção.

Para que esse potencial seja plenamente aproveitado, é importante estimular formação contínua e capacidade de comunicação em linguagem acessível. Quanto maior a capacidade desses profissionais de explicar riscos, coberturas, exclusões, custos e alternativas de maneira compreensível, maior sua contribuição para decisões conscientes.

Ao mesmo tempo, a capilaridade territorial desses profissionais pode transformá-los em parceiros relevantes de iniciativas educacionais, particularmente quando articulados com escolas, universidades, associações comunitárias e outros atores locais.

2.6. Pós-graduação, pesquisa aplicada, inovação e desenvolvimento tecnológico

Em seu nível mais avançado, a educação securitária e previdenciária conecta-se à produção científica e à capacidade de inovação.

A complexidade crescente dos riscos demanda pesquisa em áreas como modelagem, ciência de dados, inteligência artificial, mudanças climáticas, longevidade, novos modelos de negócio, prevenção de perdas e desenvolvimento de mecanismos de proteção. Universidades, programas de pós-graduação e centros de pesquisa podem desempenhar papel decisivo na construção desse conhecimento.

Nesse contexto, a pesquisa aplicada assume especial importância por aproximar a produção científica dos problemas concretos enfrentados pela sociedade, pelo mercado e pelo regulador. As parcerias acadêmicas da SUSEP e experiências como o Laboratório de Seguros desenvolvido em cooperação com o IMPA inserem-se nessa perspectiva de aproximação entre conhecimento científico e aplicação prática.

Essa relação pode produzir um ciclo virtuoso: problemas concretos estimulam pesquisa; a pesquisa produz conhecimento e tecnologia; o conhecimento gera inovação; e a inovação amplia a capacidade de prevenir, mensurar, gerir e cobrir riscos.

A inovação pode, inclusive, contribuir para tornar economicamente viável a proteção de riscos ou públicos para os quais as soluções existentes sejam insuficientes ou excessivamente onerosas. Novas fontes de dados, modelos de avaliação, tecnologias de prevenção, canais de distribuição e formas de desenho de produtos podem ampliar as possibilidades de proteção, desde que acompanhadas de adequada governança e proteção dos consumidores.

Por essa razão, fomentar pesquisa aplicada e formação de pesquisadores não constitui uma dimensão periférica da educação securitária. Trata-se de investir na capacidade do País de produzir conhecimento e soluções para os desafios futuros da proteção.

2.7. Informação, autonomia e empoderamento do consumidor

A educação securitária e previdenciária também constitui instrumento de fortalecimento do consumidor.

Os produtos relacionados à transferência de riscos e ao planejamento de longo prazo podem envolver conceitos técnicos, condições contratuais e horizontes temporais que dificultam sua compreensão. Ampliar o conhecimento do consumidor contribui para reduzir essas assimetrias e aumentar sua capacidade de avaliar se determinada solução corresponde às suas necessidades.

Um consumidor mais informado tende a estar mais preparado para formular perguntas, comparar alternativas, compreender direitos e obrigações, avaliar coberturas e exclusões e identificar situações em que o produto oferecido não corresponde às suas necessidades. A própria SUSEP associa suas ações educacionais à realização de escolhas mais conscientes e ao exercício dos direitos dos consumidores.

Esse processo produz efeitos que ultrapassam a decisão individual. Consumidores mais informados podem exercer uma forma relevante de disciplina de mercado, ao demandar maior transparência, qualidade, adequação e clareza das empresas e dos profissionais com os quais se relacionam.

A educação não substitui a regulação, a supervisão ou os mecanismos formais de proteção do consumidor. Pode, contudo, complementá-los, reduzindo assimetrias de informação e ampliando a capacidade da sociedade de identificar problemas, exercer direitos e demandar melhores práticas.

Nesse contexto, a educação securitária deve também promover o conhecimento dos canais de reclamações e denúncias de irregularidades, fortalecendo a capacidade do consumidor de exercer seus direitos e contribuir para a supervisão dos mercados.



2.8. Inclusão e redução das lacunas de proteção

Uma sociedade pode estar exposta a riscos relevantes sem dispor de mecanismos suficientes para absorver suas consequências econômicas. A diferença entre as necessidades de proteção existentes e a proteção efetivamente disponível ou contratada constitui uma dimensão do chamado *gap* de proteção.

As causas dessas lacunas são diversas e não podem ser atribuídas exclusivamente à falta de conhecimento. Renda, preço, disponibilidade de produtos, características dos riscos, confiança, canais de distribuição e outros fatores também influenciam o acesso à proteção. Ainda assim, a literatura internacional reconhece que a letramento em seguros pode contribuir para enfrentar determinadas lacunas de proteção, ao ampliar a compreensão sobre riscos e sobre o papel dos mecanismos de transferência de risco.

Por isso, a educação deve caminhar ao lado de outras iniciativas de inclusão. Não basta explicar produtos que permaneçam inacessíveis ou inadequados às necessidades de determinados públicos. O conhecimento produzido pela interação com consumidores, comunidades, educadores e demais atores pode também ajudar o próprio mercado a compreender necessidades ainda não atendidas e desenvolver soluções mais adequadas.

Surge, assim, uma relação de mão dupla: a educação permite que a sociedade conheça melhor os mecanismos de proteção, enquanto o diálogo com a sociedade permite que o mercado conheça melhor suas necessidades de proteção.

Essa interação é particularmente relevante para grupos e regiões historicamente menos alcançados pelo mercado, reforçando a importância da capilaridade territorial e da participação de atores locais na implementação desta Estratégia, em linha com a Política Nacional de Acesso ao Seguro[6].

[6] Pode ser acessada em https://www.gov.br/susep/pt-br/arquivos/arquivos-grupos-de-trabalho/relatorio-final-do-gt-de-acesso.pdf/@@display-file/file



2.9. Educação securitária, qualidade do mercado e desenvolvimento

Os benefícios da educação securitária e previdenciária não se restringem ao cidadão individualmente considerado. Um ambiente no qual consumidores, profissionais, empresas, educadores e pesquisadores possuam maior conhecimento sobre riscos e proteção pode contribuir para o desenvolvimento do próprio mercado.

Consumidores mais informados podem formular demandas mais qualificadas. Profissionais mais capacitados podem prestar melhores serviços. Universidades e centros de pesquisa podem produzir conhecimento e novas tecnologias. Empresas podem compreender melhor necessidades ainda não atendidas e desenvolver soluções mais adequadas. O regulador, por sua vez, pode se beneficiar de um ambiente com maior capacidade de diálogo e compreensão sobre riscos e produtos.

A SUSEP inclui entre os objetivos de suas ações educacionais ampliar a capacidade do cidadão de realizar escolhas conscientes e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados supervisionados.

A Estratégia parte, portanto, da compreensão de que educação, proteção e desenvolvimento são dimensões complementares. O aumento do letramento securitário e previdenciário pode fortalecer a autonomia dos cidadãos; a maior autonomia pode contribuir para demandas mais

qualificadas; essas demandas podem estimular melhores práticas, produtos e serviços; pesquisa e inovação podem ampliar as possibilidades de proteção; e a expansão de soluções adequadas pode contribuir para reduzir lacunas de proteção e aumentar a resiliência de famílias, empresas e comunidades.

Dessa forma, a educação securitária e previdenciária deixa de ser compreendida apenas como instrumento de divulgação ou orientação ao consumidor e passa a integrar uma agenda mais ampla de formação de capital humano, cidadania financeira, inovação, inclusão e desenvolvimento do mercado.



Capítulo 3 — Olhando para o futuro: diretrizes e ações estratégicas

A trajetória construída até aqui oferece as bases para uma nova etapa da educação securitária e previdenciária no Brasil. O desafio que se apresenta não consiste apenas em ampliar o número de iniciativas, conteúdos ou eventos, mas em conferir maior articulação, continuidade, capilaridade e efetividade às ações desenvolvidas, de forma a transformar iniciativas muitas vezes pontuais em um processo permanente de formação e disseminação de conhecimento.

A presente Estratégia parte, portanto, de uma visão de longo prazo: contribuir para a consolidação de uma cultura de proteção na sociedade brasileira, na qual pessoas, famílias e organizações estejam mais preparadas para compreender os riscos a que estão expostas, adotar medidas de prevenção e planejamento e avaliar, de forma consciente, os diferentes mecanismos disponíveis para sua proteção.



A construção dessa cultura não constitui responsabilidade exclusiva da SUSEP. Sua abrangência exige a participação articulada do poder público, do sistema educacional, das instituições acadêmicas e de pesquisa, das empresas e entidades do setor de seguros e previdência complementar aberta, dos profissionais que se relacionam diretamente com os consumidores e de organizações da sociedade civil. À SUSEP cabe exercer papel relevante de articulação, indução, produção e disseminação de conhecimento e estímulo à cooperação, favorecendo a formação de um ecossistema capaz de ampliar o alcance e a sustentabilidade das iniciativas.

Nessa perspectiva, a Estratégia busca estabelecer referências comuns para orientar a atuação desses diferentes atores, preservando a diversidade de iniciativas e, ao mesmo tempo,

promovendo convergência em torno de objetivos, princípios e prioridades compartilhados. Mais do que centralizar ações, pretende-se mobilizar capacidades, conectar iniciativas e criar condições para que o conhecimento se multiplique e alcance diferentes públicos e territórios.

Os objetivos, princípios, públicos prioritários e eixos de atuação apresentados a seguir constituem, assim, a base para orientar essa construção coletiva e para transformar a educação securitária e previdenciária em instrumento permanente de cidadania, inclusão, proteção e desenvolvimento.

3.1 Visão de futuro e objetivos estratégicos

A Estratégia Nacional de Educação Securitária e Previdenciária tem como visão de futuro contribuir para a consolidação, no Brasil, de uma cultura de proteção, na qual pessoas, famílias e organizações sejam capazes de compreender os riscos a que estão expostas, reconhecer a importância da prevenção e do planejamento e avaliar, de maneira consciente e informada, os mecanismos disponíveis para sua proteção financeira e patrimonial.

Essa visão pressupõe uma sociedade na qual o conhecimento sobre riscos, seguros e previdência esteja progressivamente incorporado à formação dos cidadãos e na qual o acesso à informação e à educação contribua para ampliar sua autonomia, fortalecer sua capacidade de decisão e favorecer a inclusão de novos públicos nos mecanismos de proteção.

Ao mesmo tempo, reconhece-se que a construção de uma cultura de proteção constitui um processo coletivo e de longo prazo. A atuação da SUSEP deve, portanto, combinar iniciativas próprias com a mobilização das capacidades existentes no poder público, no sistema educacional, na academia, no setor supervisionado, entre os profissionais que atuam junto aos consumidores e na sociedade civil.

Nesse contexto, constituem objetivos estratégicos:

Nº	Objetivo estratégico
O1	Ampliar o conhecimento e a compreensão da sociedade sobre riscos, prevenção, seguros e previdência, fortalecendo a percepção da importância do planejamento e da proteção diante das incertezas ao longo da vida.
O2	Ampliar a presença da educação securitária e previdenciária nos diferentes espaços de formação dos cidadãos, desde a educação básica até a formação profissional, o ensino superior e outras oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
O3	Fortalecer a autonomia e a capacidade de decisão dos consumidores, contribuindo para que possam compreender suas necessidades de proteção,

Nº	Objetivo estratégico
	acessar e avaliar informações e tomar decisões mais conscientes sobre os mecanismos disponíveis.
O4	Ampliar o alcance e a capilaridade da educação securitária e previdenciária, promovendo maior acesso ao conhecimento e atenção às diferentes realidades regionais, sociais, econômicas e educacionais do País.
O5	Fortalecer a produção, a disseminação e a aplicação do conhecimento sobre riscos, proteção, seguros e previdência, aproximando educação, pesquisa, tecnologia e inovação e ampliando a capacidade de compreender e responder às necessidades de proteção da sociedade.
O6	Ampliar a capacidade coletiva de disseminação da educação securitária e previdenciária, fortalecendo a cooperação entre instituições e a formação de redes de parceiros e multiplicadores da cultura de proteção.
O7	Contribuir para a ampliação da inclusão e para a redução das lacunas de proteção, favorecendo, em conjunto com outros fatores e políticas, o desenvolvimento de um mercado mais acessível, transparente, inovador e orientado às necessidades da sociedade.

3.2 Princípios e diretrizes

A implementação da Estratégia Nacional de Educação Securitária e Previdenciária deverá observar princípios e diretrizes capazes de assegurar que as iniciativas desenvolvidas contribuam efetivamente para a formação dos cidadãos, para a ampliação da cultura de proteção e para o desenvolvimento de um ambiente de seguros e previdência mais inclusivo, transparente e orientado às necessidades da sociedade.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas no âmbito da Estratégia deverão observar, especialmente, os seguintes princípios e diretrizes:

Princípio	Diretriz
Cidadania, autonomia e consciência nas decisões	A educação securitária e previdenciária deve contribuir para que as pessoas compreendam os riscos a que estão expostas, conheçam as alternativas disponíveis para sua proteção e disponham de melhores condições para tomar decisões conscientes e compatíveis com suas necessidades e circunstâncias.

Princípio	Diretriz
Neutralidade e caráter não comercial	As iniciativas educacionais devem ter como finalidade a disseminação de conhecimento e o desenvolvimento de capacidades, e não a promoção de empresas, produtos ou serviços específicos. A educação securitária deve permitir que o cidadão compreenda e avalie alternativas de proteção, preservando sua autonomia de escolha.
Inclusão, diversidade e acessibilidade	Conteúdos, ferramentas e iniciativas deverão considerar a diversidade social, econômica, regional, etária e educacional da população brasileira, buscando alcançar públicos com diferentes níveis de conhecimento e de acesso aos mecanismos de proteção.
Linguagem simples e comunicação acessível	A complexidade técnica característica dos mercados de seguros e previdência não deve constituir obstáculo ao acesso ao conhecimento. As informações devem ser apresentadas, sempre que possível, de maneira clara, compreensível e adequada às características dos diferentes públicos.
Capilaridade e formação de multiplicadores	A ampliação do alcance da educação securitária e previdenciária depende da capacidade de mobilizar atores que já possuem presença junto às comunidades. Educadores, profissionais do setor, instituições públicas e privadas, universidades, entidades representativas e organizações da sociedade civil podem atuar como multiplicadores do conhecimento e da cultura de proteção.
Cooperação e atuação em rede	A dimensão do desafio exige articulação entre diferentes instituições e setores. A Estratégia deverá estimular o compartilhamento de conhecimento, experiências, conteúdos, ferramentas e capacidades, evitando a fragmentação de esforços e favorecendo iniciativas conjuntas.
Conhecimento, evidências e inovação	A formulação das iniciativas deverá ser apoiada, sempre que possível, em dados, pesquisas e evidências sobre necessidades, comportamentos e lacunas de conhecimento e proteção, estimulando também a experimentação, a pesquisa aplicada e o emprego responsável de novas tecnologias, considerando a evolução dos mercados, dos produtos e do ambiente regulatório, conforme a pertinência para os diferentes públicos.

Princípio	Diretriz
Continuidade e sustentabilidade das iniciativas	A educação securitária e previdenciária deve ser compreendida como processo permanente, e não como conjunto de ações isoladas. A Estratégia deverá favorecer iniciativas capazes de produzir continuidade, acumulação de conhecimento e resultados ao longo do tempo.
Monitoramento, avaliação e aprendizado	As iniciativas deverão, sempre que possível, incorporar mecanismos que permitam acompanhar seu alcance e avaliar seus resultados, utilizando as evidências produzidas para aperfeiçoar continuamente conteúdos, ferramentas e formas de atuação.

3.3 Públicos prioritários

A educação securitária e previdenciária possui caráter abrangente e deve estar acessível à sociedade em suas diferentes etapas de vida. A relação das pessoas com riscos, planejamento e mecanismos de proteção se modifica ao longo do tempo, acompanhando mudanças na estrutura familiar, na inserção profissional, na formação de patrimônio, no desenvolvimento de atividades econômicas e nas necessidades de proteção presentes em cada momento.

A universalidade desse propósito, contudo, não significa que todas as iniciativas devam ser dirigidas indistintamente a todos os públicos. A efetividade da Estratégia depende da capacidade de reconhecer diferentes necessidades de conhecimento e de desenvolver conteúdos, linguagens, ferramentas e canais adequados às características de cada grupo.

Nesse contexto, deverão receber especial atenção:

Público	Diretriz
Crianças e adolescentes	A educação básica constitui espaço privilegiado para o desenvolvimento, desde cedo, de conhecimentos e atitudes relacionados à percepção de riscos, prevenção, planejamento e proteção. Além de contribuírem para a formação dos próprios estudantes, essas iniciativas apresentam importante potencial multiplicador, na medida em que o conhecimento adquirido na escola pode alcançar suas famílias e comunidades.



Público	Diretriz
Educadores e demais profissionais da educação	Professores, gestores escolares e outros profissionais das redes de ensino constituem atores fundamentais para ampliar a escala e a continuidade das iniciativas. Sua capacitação e o acesso a materiais pedagógicos adequados podem favorecer a incorporação transversal dos temas relacionados a riscos, seguros, previdência e cultura de proteção ao processo educacional.
Jovens e adultos em diferentes etapas da vida	O ingresso no mercado de trabalho, a constituição de família, a aquisição de patrimônio, o empreendedorismo, a preparação para a aposentadoria e outras transições produzem diferentes necessidades de proteção. A Estratégia deverá considerar essas etapas, aproximando os conteúdos das situações concretas enfrentadas pelos cidadãos.
Consumidores e potenciais consumidores de seguros e previdência	O acesso a informações claras e compreensíveis sobre riscos, produtos, coberturas, exclusões, direitos e deveres contribui para reduzir assimetrias de informação e ampliar a capacidade de avaliar alternativas e tomar decisões conscientes.
Populações com menor acesso à informação e aos mecanismos de proteção	A Estratégia deverá buscar alcançar públicos e territórios nos quais sejam identificadas maiores lacunas de conhecimento ou de acesso aos mecanismos de proteção, considerando as desigualdades sociais, econômicas e regionais existentes no País. Essa orientação pressupõe a adequação de conteúdos, canais e formas de atuação às diferentes realidades.
Microempreendedores e pequenos negócios	A exposição a riscos pode comprometer não apenas a atividade econômica, mas também a renda e o patrimônio das famílias que dela dependem. A disseminação de conhecimentos sobre identificação, prevenção, mitigação e transferência de riscos pode contribuir para a maior resiliência desses empreendimentos.

Público	Diretriz
Órgãos e entidades do poder público	A educação securitária e o desenvolvimento de uma cultura de proteção também se mostram relevantes para a Administração Pública, que administra patrimônio, infraestruturas e serviços essenciais sujeitos a diferentes riscos. A ampliação do conhecimento sobre gestão de riscos e mecanismos de transferência e compartilhamento de riscos pode contribuir para que gestores públicos avaliem, de forma mais qualificada, as alternativas disponíveis para a proteção de bens, equipamentos, infraestrutura e serviços sob sua responsabilidade. Essa dimensão adquire especial relevância diante da crescente exposição a eventos climáticos extremos e outros riscos de natureza catastrófica, cujos impactos podem alcançar edificações públicas, equipamentos e mobiliário urbano, infraestrutura e a própria continuidade da prestação de serviços à população. Nesse contexto, a educação securitária pode contribuir para ampliar, no âmbito do poder público, o conhecimento sobre prevenção, gestão e financiamento de riscos, inclusive sobre o papel que seguros e outros mecanismos de proteção podem desempenhar na construção da resiliência das cidades e na redução dos impactos financeiros decorrentes desses eventos.
Magistrados, membros do Ministério Público e demais profissionais do sistema de Justiça	A crescente complexidade dos produtos, contratos e relações que caracterizam os mercados de seguros e previdência complementar pode demandar conhecimentos especializados para a adequada compreensão de questões submetidas ao sistema de Justiça. Nesse contexto, iniciativas de educação securitária destinadas a magistrados, membros do Ministério Público e outros profissionais que atuam nesse sistema podem contribuir para ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do setor, seus fundamentos técnicos, econômicos e jurídicos e as características dos diferentes produtos e mecanismos de proteção. A aproximação entre o sistema de Justiça, a academia, o regulador e especialistas do setor pode favorecer a disseminação de conhecimento técnico e a compreensão das especificidades próprias da atividade securitária e previdenciária, por meio de seminários, cursos, estudos, publicações e outras iniciativas de caráter educacional, preservadas a independência funcional e as competências próprias de cada instituição.

Além desses destinatários, a Estratégia reconhece como público particularmente relevante os profissionais e instituições com capacidade de multiplicação do conhecimento. Corretores de seguros e demais profissionais que mantêm contato direto com consumidores, entidades representativas, instituições de ensino, universidades, organizações da sociedade civil e agentes públicos podem contribuir para ampliar significativamente a capilaridade das iniciativas.

A identificação desses públicos não pretende estabelecer uma relação exaustiva ou rígida. Ao contrário, a Estratégia deverá permitir que novos grupos sejam identificados a partir de pesquisas, evidências e da evolução das necessidades da sociedade, orientando a definição de prioridades e o desenvolvimento de iniciativas específicas.

Os diferentes públicos poderão assumir, conforme a iniciativa, tanto a condição de destinatários das ações quanto a de parceiros e multiplicadores, reconhecendo-se que a disseminação da cultura de proteção depende da capacidade de transformar públicos alcançados em agentes de difusão do conhecimento.

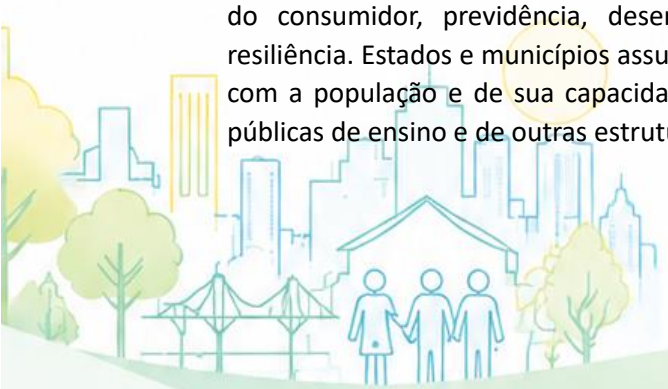
3.4 Um ecossistema para a educação securitária e previdenciária

A construção de uma cultura de proteção na sociedade brasileira constitui um desafio de dimensão e complexidade que ultrapassa a capacidade de atuação isolada de qualquer instituição. A diversidade de públicos, a extensão territorial do País e as diferentes realidades sociais, econômicas e regionais exigem a mobilização de conhecimentos, estruturas, canais de comunicação e capacidades distribuídos entre diferentes atores.

A Estratégia Nacional de Educação Securitária e Previdenciária parte, portanto, de uma concepção de ecossistema, no qual instituições públicas e privadas, sistema educacional, academia, profissionais do setor e organizações da sociedade civil podem desempenhar funções distintas e complementares. Mais do que concentrar iniciativas, pretende-se criar condições para articular capacidades, compartilhar conhecimentos, ampliar a capilaridade das ações e favorecer a formação de redes de multiplicadores.

Nesse ecossistema, a SUSEP exerce papel de articulação e indução, contribuindo para a definição de diretrizes, produção e disseminação de conhecimento, desenvolvimento de conteúdos e ferramentas, promoção de iniciativas educacionais e mobilização de parceiros. Sua atuação deve também favorecer a aproximação entre instituições e estimular iniciativas capazes de ampliar o alcance da educação securitária e previdenciária.

Os demais órgãos e entidades do poder público podem contribuir para integrar a educação securitária a políticas e iniciativas relacionadas à educação financeira, educação básica, defesa do consumidor, previdência, desenvolvimento econômico, gestão de riscos, inclusão e resiliência. Estados e municípios assumem particular importância em razão de sua proximidade com a população e de sua capacidade de alcançar diferentes territórios por meio das redes públicas de ensino e de outras estruturas locais.



O sistema educacional ocupa posição central nesse processo. Escolas, redes de ensino, instituições de educação profissional e tecnológica e seus profissionais oferecem a possibilidade de incorporar progressivamente conhecimentos relacionados a riscos, prevenção, planejamento e proteção à formação dos cidadãos. Educadores desempenham, nesse contexto, papel particularmente relevante como multiplicadores, desde que disponham de conteúdos, instrumentos e oportunidades adequadas de capacitação.

As universidades, instituições de pesquisa e centros de conhecimento podem contribuir para aprofundar a compreensão dos riscos e das lacunas de proteção, produzir evidências, desenvolver metodologias educacionais, formar profissionais especializados e aproximar pesquisa, tecnologia e inovação dos desafios concretos enfrentados pela sociedade e pelo mercado de seguros e previdência.

As empresas supervisionadas, entidades representativas e demais organizações do setor também possuem conhecimentos, experiências, estruturas e canais capazes de contribuir para o esforço educacional. Sua participação deve observar os princípios estabelecidos nesta Estratégia, especialmente o caráter educativo, a transparência e a necessária distinção entre iniciativas de educação e ações de natureza comercial.

Os corretores de seguros e outros profissionais que mantêm contato direto com consumidores e empresas apresentam especial potencial de capilaridade. Sua presença em diferentes localidades e sua experiência prática podem contribuir para a disseminação de conhecimentos sobre riscos e mecanismos de proteção, para a capacitação de outros multiplicadores e para a aproximação das iniciativas educacionais às necessidades concretas das comunidades.

Também integram esse ecossistema as organizações da sociedade civil, associações, entidades comunitárias e outras instituições com atuação junto à população, que podem contribuir para alcançar públicos e territórios aos quais as iniciativas institucionais tradicionais nem sempre chegam com facilidade.

A articulação desses diferentes atores deve preservar suas respectivas competências, responsabilidades e autonomias. O propósito não é uniformizar iniciativas ou estabelecer um modelo único de atuação, mas favorecer sua convergência em torno de princípios e objetivos comuns, permitindo que diferentes capacidades sejam combinadas e que experiências bem-sucedidas possam ser compartilhadas, adaptadas e ampliadas.

A formação desse ecossistema constitui, assim, uma das condições para transformar iniciativas isoladas em um esforço permanente, cooperativo e progressivamente mais capilar de construção de uma cultura de proteção no País.



3.5 Eixos estratégicos de atuação

Os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos pela Estratégia, considerados os diferentes públicos prioritários e a atuação articulada dos atores que compõem o ecossistema da educação securitária e previdenciária, serão traduzidos em quatro eixos estratégicos de atuação, que orientarão o planejamento e o desenvolvimento das iniciativas.

Os quatro eixos — representação institucional; pesquisa e produção de conteúdo; eventos de mobilização; e desenvolvimento e disponibilização de ferramentas — refletem a experiência acumulada pela SUSEP, apresentada no Capítulo 1, mas assumem, nesta Estratégia, caráter prospectivo, passando a constituir referências para a organização e o direcionamento das ações futuras.



3.5.1 Representação institucional (E1)

A representação institucional constitui instrumento fundamental para inserir a educação securitária e previdenciária em agendas mais amplas de educação financeira, cidadania, proteção do consumidor, inclusão, desenvolvimento e gestão de riscos. Por meio da participação em fóruns, colegiados, grupos de trabalho e outras instâncias de articulação, busca-se ampliar a

presença desses temas no debate público e favorecer sua incorporação às políticas e iniciativas desenvolvidas por diferentes instituições.

Nesse eixo, a atuação da SUSEP deverá buscar fortalecer e ampliar a articulação com órgãos e entidades públicas, instituições de ensino e pesquisa, organismos internacionais, entidades representativas, organizações da sociedade civil e demais atores do ecossistema, identificando oportunidades de cooperação e de inserção da educação securitária e previdenciária em iniciativas de maior alcance.

Especial atenção deverá ser conferida à integração desses temas às políticas e programas de educação financeira e cidadania financeira, aproveitando estruturas e canais já existentes para ampliar sua disseminação. Da mesma forma, deverão ser estimuladas articulações com áreas como educação, defesa do consumidor, previdência, desenvolvimento econômico, gestão de riscos, sustentabilidade e resiliência, reconhecendo o caráter transversal da cultura de proteção.

A representação institucional deverá também contribuir para a ampliação da presença territorial da Estratégia. A articulação com estados, municípios, redes de ensino, entidades locais e organizações com atuação regional poderá favorecer a adaptação das iniciativas às diferentes realidades do País e ampliar sua capacidade de alcançar públicos e territórios ainda pouco contemplados pelas ações de educação securitária e previdenciária.

No âmbito internacional, a participação em fóruns e organismos relacionados à supervisão de seguros, educação financeira e proteção do consumidor deverá favorecer o intercâmbio de experiências, o acompanhamento de boas práticas e a incorporação de conhecimentos e metodologias que possam contribuir para o aperfeiçoamento das iniciativas nacionais, ao mesmo tempo em que permite compartilhar experiências desenvolvidas no Brasil.

Mais do que assegurar presença institucional, portanto, esse eixo deverá transformar a representação da SUSEP em instrumento de articulação, mobilização e construção de parcerias, contribuindo para integrar esforços dispersos e ampliar a escala, a diversidade e a sustentabilidade das ações de educação securitária e previdenciária.

3.5.2 Pesquisa e produção de conteúdo (E2)

A produção de conhecimento e de conteúdos constitui um dos pilares para a consolidação da educação securitária e previdenciária como política permanente. Esse eixo deverá combinar a elaboração de materiais destinados diretamente à sociedade com o estímulo à produção acadêmica, à pesquisa aplicada e ao desenvolvimento de conhecimento capaz de apoiar a compreensão dos riscos, das necessidades de proteção e das transformações do mercado.

No campo da produção de conteúdo, deverá ser estimulada a elaboração e a disseminação de materiais adequados aos diferentes públicos prioritários da Estratégia, considerando suas características, necessidades e níveis de conhecimento. Conteúdos destinados a crianças e

adolescentes, educadores, famílias, consumidores, profissionais do setor, gestores públicos ou integrantes do sistema de Justiça, por exemplo, demandam linguagens, abordagens e graus de aprofundamento distintos.

A produção de conteúdo deverá privilegiar linguagem simples, acessibilidade, rigor técnico e aplicabilidade prática, aproximando conceitos relacionados a riscos, prevenção, seguros e previdência das situações concretas enfrentadas pelas pessoas ao longo da vida. Diferentes formatos e canais deverão ser explorados, incluindo publicações, materiais pedagógicos, conteúdos digitais, vídeos, cursos e outros recursos capazes de ampliar o alcance das iniciativas.

Também deverão ser valorizadas a produção e a divulgação de dados e informações sobre o mercado, buscando torná-los progressivamente mais acessíveis e compreensíveis para públicos não especializados. A ampliação do conhecimento sobre o funcionamento, a dimensão e a evolução dos mercados supervisionados contribui para reduzir assimetrias de informação, qualificar o debate e fortalecer a capacidade de consumidores e demais atores de compreender o papel dos mecanismos de proteção.

Paralelamente, a Estratégia deverá estimular a aproximação entre SUSEP, universidades, instituições de pesquisa e demais centros de conhecimento, favorecendo estudos sobre temas como comportamento e percepção de riscos, lacunas de proteção, educação e inclusão securitária, novos riscos, proteção do consumidor e transformações econômicas, sociais, ambientais e tecnológicas com impacto sobre o setor.

A pesquisa aplicada assume especial importância nesse contexto. A articulação entre conhecimento científico, experiência regulatória e desafios concretos do mercado pode contribuir para o desenvolvimento de novas metodologias, soluções e tecnologias, além de produzir evidências que auxiliem tanto o aperfeiçoamento das iniciativas educacionais quanto a compreensão das necessidades de proteção da sociedade.

Esse eixo deverá favorecer, ainda, uma relação contínua entre produção de conhecimento e ação educacional: pesquisas e dados devem contribuir para identificar necessidades e orientar conteúdos e iniciativas; ao mesmo tempo, a experiência obtida com essas ações deve produzir informações que permitam formular novas perguntas, avaliar resultados e aperfeiçoar continuamente a Estratégia.

Assim, educação, produção de conteúdo, pesquisa e inovação passam a integrar um mesmo ciclo de geração, aplicação e disseminação de conhecimento, contribuindo para ampliar a cultura de proteção e para aproximar o desenvolvimento do mercado das necessidades da sociedade.

3.5.3 Eventos de mobilização (E3)

Os eventos de mobilização constituem importante instrumento para ampliar a visibilidade da educação securitária e previdenciária, aproximar diferentes atores e estimular a participação da

sociedade na construção de uma cultura de proteção. Mais do que iniciativas pontuais de divulgação, esses eventos devem funcionar como espaços de sensibilização, aprendizagem, intercâmbio de experiências e articulação institucional.

Nesse eixo, deverão ser estimuladas iniciativas de diferentes formatos e abrangências, desde grandes mobilizações nacionais até encontros regionais e locais, seminários, oficinas, palestras e atividades desenvolvidas em escolas, universidades, comunidades e ambientes profissionais. A diversidade de formatos permite adequar conteúdos e metodologias aos diferentes públicos prioritários e às distintas realidades sociais e territoriais do País.

A Estratégia deverá buscar combinar mobilizações de ampla abrangência, capazes de conferir visibilidade nacional aos temas relacionados a riscos, seguros e previdência, com iniciativas de maior proximidade com os públicos e territórios. Essa complementaridade é especialmente importante para ampliar a presença da educação securitária e previdenciária em regiões nas quais ainda se identifique menor participação em iniciativas dessa natureza.

Os eventos deverão também ser utilizados para aproximar atores com capacidades complementares e estimular a formação de multiplicadores. A participação conjunta de educadores, profissionais do setor, universidades, órgãos públicos, entidades representativas e organizações da sociedade civil pode favorecer o estabelecimento de vínculos que permaneçam para além do próprio evento e deem origem a novas ações de educação, capacitação e disseminação de conhecimento.

Sempre que possível, deverá ser privilegiada a articulação com agendas, eventos e estruturas já existentes, incorporando a educação securitária e previdenciária a iniciativas de educação financeira, cidadania, proteção do consumidor, gestão de riscos e outros temas relacionados. Essa abordagem permite ampliar o alcance das ações, aproveitar capacidades instaladas e favorecer maior continuidade e sustentabilidade das iniciativas.

Ao mesmo tempo, a Estratégia deverá estimular a consolidação de espaços próprios de mobilização da educação securitária e previdenciária, capazes de aprofundar temas específicos do setor, promover o diálogo entre diferentes públicos e conferir identidade e continuidade a essa agenda.

Dessa forma, os eventos de mobilização deverão ser compreendidos não apenas pelo número de atividades ou participantes alcançados, mas também por sua capacidade de gerar conexões, formar multiplicadores, alcançar novos territórios e estimular iniciativas que tenham continuidade após sua realização.

3.5.4 Desenvolvimento e disponibilização de ferramentas (E4)

A educação securitária e previdenciária não se realiza apenas pela transmissão de conhecimentos. Para que a informação possa efetivamente contribuir para decisões mais

conscientes, é importante que os cidadãos disponham também de instrumentos que os auxiliem a compreender riscos, identificar necessidades de proteção, acessar informações, avaliar alternativas e acompanhar suas escolhas ao longo do tempo.

Nesse sentido, a Estratégia deverá estimular o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a disseminação de ferramentas acessíveis, confiáveis e de utilização simples, destinadas aos diferentes públicos prioritários. Essas ferramentas poderão assumir diferentes formatos, como plataformas digitais, simuladores, calculadoras, painéis de informações, instrumentos de consulta e comparação, recursos pedagógicos interativos e outras soluções capazes de aproximar conceitos securitários e previdenciários de situações concretas da vida das pessoas.

Especial atenção deverá ser conferida às ferramentas que contribuam para reduzir assimetrias de informação e fortalecer a autonomia do consumidor, facilitando o acesso a informações sobre empresas, produtos, direitos, características das coberturas e demais elementos relevantes para a tomada de decisão. A disponibilização de dados de forma compreensível e utilizável pode transformar informações originalmente técnicas em instrumentos efetivos de educação e cidadania.

As ferramentas poderão também apoiar educadores, multiplicadores e demais parceiros da Estratégia, oferecendo recursos que possam ser utilizados em atividades de formação, escolas, eventos, ambientes profissionais e ações comunitárias. Dessa forma, sua utilidade não se limita à interação direta entre a SUSEP e o cidadão, podendo contribuir para ampliar a escala e a capilaridade das iniciativas desenvolvidas por diferentes atores do ecossistema.

O desenvolvimento dessas soluções deverá considerar, desde sua concepção, princípios de linguagem simples, acessibilidade, inclusão digital, confiabilidade das informações e facilidade de utilização, buscando reduzir barreiras de acesso e permitir sua utilização por pessoas com diferentes níveis de conhecimento e familiaridade com os mercados supervisionados.

A Estratégia deverá ainda privilegiar, sempre que possível, a cooperação e o aproveitamento de soluções e capacidades já existentes, evitando a duplicação desnecessária de esforços. Ferramentas desenvolvidas por outras instituições públicas ou privadas poderão ser objeto de cooperação, integração ou disseminação quando forem compatíveis com os objetivos e princípios da Estratégia e preservado o caráter educativo e não comercial das iniciativas.

Por fim, o uso das ferramentas deverá ser acompanhado e avaliado não apenas por indicadores de acesso, mas também, sempre que possível, por sua capacidade de facilitar a compreensão, apoiar decisões, alcançar novos públicos e produzir aprendizado efetivo. As evidências obtidas a partir dessa avaliação deverão orientar seu aperfeiçoamento contínuo e o desenvolvimento de novas soluções.

Assim, as ferramentas constituem o ponto em que conhecimento e informação se transformam em instrumentos concretos de autonomia, proteção e cidadania.

3.6 Rede PROTEGE

A amplitude dos objetivos estabelecidos nesta Estratégia, a diversidade dos públicos que se pretende alcançar e a abrangência dos quatro eixos estratégicos de atuação tornam necessária a construção de mecanismos permanentes de cooperação. A educação securitária e previdenciária não deve depender exclusivamente da capacidade de atuação direta da SUSEP, mas buscar mobilizar conhecimentos, experiências, estruturas e canais existentes em diferentes instituições e segmentos da sociedade.

Nesse contexto, propõe-se a Rede PROTEGE, concebida como mecanismo permanente de articulação e cooperação entre instituições e pessoas interessadas em contribuir para a promoção da educação securitária e previdenciária e para a construção de uma cultura de proteção no País.

A Rede PROTEGE não constitui um eixo adicional da Estratégia. Sua atuação possui caráter transversal aos quatro eixos estratégicos, contribuindo para conectá-los e potencializar sua implementação. Por meio da Rede, a representação institucional poderá gerar novas parcerias; a pesquisa e a produção de conteúdo poderão incorporar diferentes conhecimentos e capacidades; os eventos de mobilização poderão alcançar novos públicos e territórios; e as ferramentas poderão ser desenvolvidas, compartilhadas e disseminadas por uma rede mais ampla de instituições e multiplicadores.

A Rede deverá reunir, entre outros atores, órgãos e entidades públicas, instituições de ensino e pesquisa, empresas e entidades representativas do setor, profissionais que atuam junto aos consumidores, organizações da sociedade civil e demais parceiros capazes de contribuir para os objetivos da Estratégia. A diversidade de seus participantes deverá favorecer a combinação de competências complementares, aproximando conhecimento técnico, experiência pedagógica, pesquisa científica, capacidade de mobilização e presença territorial.

A cooperação poderá compreender a produção e o compartilhamento de conteúdos e materiais educacionais; realização de estudos e pesquisas; promoção de eventos e campanhas de mobilização; formação e capacitação de multiplicadores; desenvolvimento e disseminação de ferramentas; intercâmbio de experiências e boas práticas; e apoio a iniciativas em diferentes regiões do País. A Rede poderá, dessa forma, funcionar também como ambiente para identificação de oportunidades de cooperação e desenvolvimento de projetos conjuntos.

Um de seus principais propósitos será ampliar a capilaridade da educação securitária e previdenciária. A participação de instituições que já mantêm presença junto a escolas, comunidades, consumidores, empresas e administrações locais pode permitir que conhecimentos e iniciativas alcancem públicos e territórios que dificilmente seriam atingidos apenas pela atuação direta da SUSEP.

A Rede PROTEGE deverá favorecer, ainda, a formação de multiplicadores da cultura de proteção. Educadores podem aportar experiência pedagógica e capacidade de inserção dos conteúdos nos

processos de aprendizagem; profissionais do setor podem contribuir com conhecimento técnico e experiência prática; universidades e instituições de pesquisa, com produção científica, metodologias e avaliação; enquanto órgãos públicos, entidades representativas e organizações da sociedade civil podem oferecer estruturas, canais e capacidade de mobilização.

A participação na Rede e as iniciativas desenvolvidas em seu âmbito deverão observar os princípios estabelecidos nesta Estratégia, especialmente o caráter educativo e não comercial das ações, a neutralidade, a transparência, a qualidade das informações e o respeito à autonomia e às competências próprias das instituições participantes.

Mais do que constituir uma nova estrutura institucional, a Rede PROTEGE deverá buscar consolidar uma comunidade de cooperação, capaz de conectar iniciativas, compartilhar conhecimentos e soluções, mobilizar capacidades e favorecer a continuidade, a replicação e a ampliação de experiências bem-sucedidas.

A Rede PROTEGE constitui, assim, o elemento de articulação transversal da Estratégia: conecta atores e capacidades aos quatro eixos estratégicos e transforma esforços dispersos em uma atuação cooperativa, permanente e progressivamente mais capilar em favor da cultura de proteção.



3.7 Horizonte de implementação e prioridades

A construção de uma cultura de proteção constitui um processo de longo prazo, que exige continuidade, aprendizado e capacidade de adaptação. A Estratégia Nacional de Educação Securitária e Previdenciária deve, portanto, estabelecer uma orientação permanente para a atuação da SUSEP e dos demais atores envolvidos, ao mesmo tempo em que permite que suas prioridades e iniciativas sejam periodicamente ajustadas às transformações da sociedade, do sistema educacional, dos mercados supervisionados e dos riscos a que pessoas, famílias, empresas e instituições estão expostas.

A implementação da Estratégia deverá ocorrer de forma progressiva, considerando as capacidades institucionais disponíveis, as oportunidades de cooperação e as evidências produzidas ao longo de sua execução. A busca por maior alcance não deverá significar a multiplicação indiscriminada de iniciativas, mas a construção gradual de ações capazes de gerar aprendizado, formar multiplicadores e produzir resultados que possam ser ampliados, adaptados ou replicados.

Nesse processo, deverão ser priorizadas iniciativas com potencial para ampliar a capilaridade da educação securitária e previdenciária, alcançar públicos e territórios ainda pouco contemplados, fortalecer a formação de multiplicadores e aproveitar estruturas, conhecimentos e canais já existentes. A cooperação institucional e a atuação por meio da Rede PROTEGE assumem especial relevância para permitir que a expansão das ações ocorra de maneira sustentável.

Também deverão receber atenção iniciativas capazes de produzir efeitos estruturantes e duradouros, especialmente aquelas relacionadas à inserção dos temas de riscos, prevenção e proteção nos processos educacionais; à formação de educadores e outros multiplicadores; à produção e disseminação de conhecimento; ao desenvolvimento de ferramentas de amplo acesso; e à consolidação de mecanismos permanentes de mobilização e cooperação.

A definição das prioridades deverá ser orientada, sempre que possível, por dados, pesquisas, avaliações e evidências, permitindo identificar lacunas de conhecimento e proteção, públicos com necessidades específicas, desigualdades regionais e oportunidades de maior impacto. O acompanhamento das iniciativas deverá, por sua vez, produzir novas informações para orientar o planejamento e o aperfeiçoamento contínuo da Estratégia.

A implementação deverá observar, ainda, a necessidade de equilíbrio entre continuidade e inovação. Iniciativas que demonstrem resultados positivos deverão ter condições de continuidade e expansão, ao mesmo tempo em que novos formatos, metodologias, tecnologias e parcerias poderão ser experimentados e avaliados diante da evolução das necessidades da sociedade.

As prioridades de cada período deverão ser traduzidas em planos de implementação, nos quais poderão ser definidos iniciativas, etapas, responsabilidades, parceiros, prazos, recursos necessários, metas e indicadores. Essa sistemática permitirá preservar o caráter estratégico e de

longo prazo deste documento, ao mesmo tempo em que confere concretude, capacidade de acompanhamento e flexibilidade à sua execução.

A Estratégia deverá, assim, combinar uma visão de longo prazo com ciclos periódicos de planejamento, implementação, avaliação e revisão, permitindo que a construção de uma cultura de proteção avance de forma contínua, mensurável e adaptável às necessidades da sociedade.



Capítulo 4 — Implementação, acompanhamento e avaliação

A efetividade da Estratégia Nacional de Educação Securitária e Previdenciária dependerá de sua capacidade de transformar diretrizes de longo prazo em iniciativas concretas, coordenadas, acompanhadas e continuamente aperfeiçoadas. Para tanto, sua implementação deverá combinar governança institucional, planejamento periódico, cooperação, monitoramento e avaliação, preservando a flexibilidade necessária para responder à evolução das necessidades da sociedade e dos mercados supervisionados.

A Estratégia deverá ser implementada de forma progressiva, considerando as capacidades institucionais disponíveis, as prioridades definidas para cada período e as oportunidades de atuação conjunta com os diferentes atores do ecossistema da educação securitária e previdenciária.

Sua execução deverá observar uma lógica de ciclos periódicos de planejamento, implementação, avaliação e revisão, de modo que os conhecimentos e evidências produzidos em cada ciclo contribuam para o aperfeiçoamento das iniciativas e para a definição das prioridades dos períodos seguintes.

4.1 Governança e coordenação da Estratégia

A coordenação institucional da Estratégia caberá à SUSEP, no âmbito de suas competências relacionadas à promoção da educação financeira, securitária e previdenciária, sem prejuízo das atribuições próprias das demais unidades da Autarquia e das instituições que participem de sua implementação.

A unidade responsável pela educação financeira, securitária e previdenciária deverá exercer papel de coordenação, articulação e acompanhamento, promovendo a integração das iniciativas desenvolvidas no âmbito da SUSEP e estimulando a cooperação com os demais atores do ecossistema.

A implementação da Estratégia deverá buscar uma atuação transversal dentro da própria Autarquia. Conhecimentos, dados, estudos, sistemas e experiências produzidos por diferentes áreas da SUSEP poderão contribuir para iniciativas de educação securitária e previdenciária, ao mesmo tempo em que as informações obtidas a partir dessas iniciativas poderão oferecer subsídios para a compreensão das necessidades, percepções e dificuldades dos diferentes públicos.

A governança deverá favorecer também a articulação externa, especialmente por meio da Rede PROTEGE, preservadas as competências, responsabilidades e autonomia de cada instituição

participante. A Rede funcionará como mecanismo de cooperação e mobilização de capacidades, sem substituir a estrutura decisória e administrativa própria da SUSEP ou das instituições que a integrem.

A coordenação da Estratégia deverá buscar, ainda, promover coerência entre as iniciativas desenvolvidas, evitando duplicidades, favorecendo o compartilhamento de conhecimentos e soluções e estimulando a convergência das ações em torno dos objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos neste documento.



4.2 Planos periódicos de implementação

A execução da Estratégia deverá ser organizada por meio de planos periódicos de implementação, destinados a traduzir suas diretrizes de longo prazo em prioridades e iniciativas concretas.

Esses planos deverão constituir instrumentos de gestão flexíveis e passíveis de atualização, permitindo adequar a atuação às necessidades identificadas, às capacidades institucionais disponíveis, às oportunidades de cooperação e aos resultados observados nos ciclos anteriores.

Os planos poderão contemplar, entre outros elementos, iniciativas e projetos prioritários; públicos e territórios a serem alcançados; vinculação aos objetivos e eixos estratégicos; unidades

responsáveis; instituições parceiras; etapas e prazos; recursos e capacidades necessários; metas; indicadores; e resultados esperados.

A seleção das iniciativas deverá considerar seu potencial de contribuição para os objetivos da Estratégia, sua capacidade de alcançar públicos prioritários, a possibilidade de formação de multiplicadores, sua capilaridade, a existência de oportunidades de cooperação e a viabilidade de continuidade, expansão ou replicação.

Sempre que adequado, poderão ser desenvolvidas inicialmente iniciativas de caráter experimental ou piloto, permitindo testar abordagens, conteúdos, metodologias e ferramentas antes de sua eventual ampliação.

Dessa forma, os planos periódicos deverão estabelecer a ligação entre a visão de longo prazo da Estratégia e sua execução concreta, permitindo que prioridades sejam definidas e revistas sem a necessidade de alteração permanente do próprio documento estratégico.

4.3 Responsabilidades, parcerias e mobilização de capacidades

A implementação da Estratégia deverá reconhecer que a promoção da educação securitária e previdenciária exige conhecimentos, estruturas e canais que se encontram distribuídos entre diferentes instituições.

À SUSEP caberá exercer papel de coordenação, articulação e indução, além de desenvolver diretamente iniciativas compatíveis com suas competências e capacidades institucionais. A participação de outras instituições deverá ocorrer de acordo com suas atribuições, interesses, conhecimentos e possibilidades de contribuição.

As parcerias poderão envolver órgãos e entidades públicas, instituições de ensino e pesquisa, empresas e entidades representativas dos mercados supervisionados, profissionais que atuam junto aos consumidores, organizações da sociedade civil e outros atores capazes de contribuir para os objetivos da Estratégia.

A cooperação poderá compreender, entre outras possibilidades, a produção e disseminação de conteúdos, realização de pesquisas, promoção de eventos, capacitação de multiplicadores, desenvolvimento e compartilhamento de ferramentas, cessão ou utilização de espaços e canais de comunicação e apoio à disseminação territorial das iniciativas.

A definição das responsabilidades deverá ocorrer de maneira clara em cada iniciativa, especialmente quando envolver atuação conjunta, de forma a identificar os responsáveis pela coordenação, execução, produção de conteúdos, disponibilização de recursos, comunicação, acompanhamento e avaliação.

A mobilização de parceiros deverá observar os princípios de neutralidade, transparência e caráter educativo e não comercial estabelecidos nesta Estratégia, evitando que iniciativas de

educação securitária sejam utilizadas como instrumento de promoção de empresas, marcas ou produtos específicos.

4.4 Monitoramento e avaliação de resultados

O acompanhamento da Estratégia deverá buscar compreender não apenas quanto foi realizado, mas também quem foi alcançado, que resultados foram produzidos e em que medida as iniciativas desenvolvidas contribuem para os objetivos estratégicos.

Para tanto, o sistema de monitoramento e avaliação deverá considerar diferentes níveis de análise, distinguindo:

Dimensão	Descrição
Esforço	relacionado às atividades e recursos mobilizados
Alcance	relacionado aos públicos, instituições e territórios atingidos
Resultado	relacionado às mudanças de conhecimento, compreensão, percepção, autonomia e capacidade produzidas junto aos públicos
Impacto	relacionado às transformações mais amplas para as quais a Estratégia pretende contribuir, como inclusão, redução das lacunas de proteção e maior resiliência

Essa diferenciação é fundamental para evitar que a avaliação da Estratégia se limite à contabilização de atividades realizadas ou pessoas alcançadas. Eventos, conteúdos, ferramentas, pesquisas e capacitações constituem meios para produzir resultados e, portanto, deverão ser avaliados também pela contribuição que oferecem à aprendizagem, à autonomia, à disseminação do conhecimento e à construção de uma cultura de proteção.

A avaliação deverá combinar, sempre que adequado, informações quantitativas e qualitativas, podendo utilizar dados administrativos, pesquisas de percepção e conhecimento, avaliações de aprendizagem, informações sobre utilização de ferramentas, consultas aos participantes, experiências dos parceiros e estudos específicos.

Sempre que possível, deverão ser utilizados métodos que permitam identificar mudanças ao longo do tempo, comparar situações anteriores e posteriores às iniciativas e compreender diferenças entre públicos, territórios e formas de atuação.

A interpretação dos resultados deverá considerar que as transformações sociais e de mercado associadas à cultura de proteção são influenciadas por múltiplos fatores econômicos, sociais, regulatórios, tecnológicos e comportamentais. O monitoramento deverá, portanto, buscar identificar a contribuição da Estratégia para esses resultados, evitando atribuir exclusivamente às iniciativas educacionais mudanças decorrentes de fenômenos mais amplos.

Os resultados produzidos pelo monitoramento e pela avaliação deverão subsidiar a tomada de decisão, permitindo identificar iniciativas que devam ser mantidas, aperfeiçoadas, ampliadas, replicadas ou eventualmente substituídas.



4.5 Matriz de Monitoramento da Estratégia

O monitoramento dos resultados de longo prazo deverá manter vinculação direta com os objetivos estratégicos estabelecidos no item 3.1. Para esse fim, será utilizada uma Matriz de Monitoramento da Estratégia, destinada a relacionar cada objetivo aos resultados que se pretende acompanhar e a um conjunto limitado de indicadores estratégicos.

Objetivo estratégico	Resultado a acompanhar	Indicadores estratégicos sugeridos
1. Ampliar o conhecimento e a compreensão sobre riscos, prevenção, seguros e previdência	Evolução do conhecimento e da percepção da sociedade sobre riscos e mecanismos de proteção	Índice de Letramento Securitário e Previdenciário; percentual de pessoas que demonstram compreensão de conceitos essenciais de risco, prevenção, seguros e previdência
2. Ampliar a presença da educação securitária e previdenciária nos espaços de formação	Inserção progressiva desses conteúdos nos processos educacionais e de formação	Número/proporção de redes, instituições ou programas educacionais que incorporam conteúdos relacionados ao tema; alcance de ações de formação de educadores e demais formadores

Objetivo estratégico	Resultado a acompanhar	Indicadores estratégicos sugeridos
3. Fortalecer a autonomia e a capacidade de decisão dos consumidores	Maior capacidade de identificar necessidades, compreender informações e avaliar alternativas de proteção	Indicadores de compreensão de coberturas, exclusões, direitos e informações essenciais; capacidade declarada ou demonstrada de localizar, interpretar e comparar informações relevantes
4. Ampliar o alcance e a capilaridade da educação securitária e previdenciária	Maior diversidade territorial e social dos públicos alcançados	Cobertura territorial das iniciativas; participação das diferentes regiões e públicos prioritários; evolução da presença em territórios ou segmentos inicialmente menos alcançados
5. Fortalecer a produção, disseminação e aplicação do conhecimento	Maior geração e utilização de conhecimento, pesquisa e evidências	Pesquisas, estudos e conteúdos produzidos ou desenvolvidos em cooperação; utilização dos resultados em iniciativas educacionais, ferramentas ou outras soluções; participação de instituições acadêmicas e de pesquisa
6. Ampliar a capacidade coletiva de disseminação da educação securitária e previdenciária	Formação e consolidação de uma rede ativa de parceiros e multiplicadores	Multiplicadores capacitados e efetivamente atuantes; instituições participantes da Rede PROTEGE; iniciativas desenvolvidas em cooperação; replicação de ações por parceiros
7. Contribuir para a inclusão e para a redução das lacunas de proteção	Evolução da inclusão, da percepção de proteção e das lacunas existentes	Indicadores de acesso e utilização de mecanismos de proteção por diferentes segmentos da população; indicadores de lacunas de proteção, quando disponíveis; percepção de vulnerabilidade e de adequação da proteção diante de riscos relevantes

4.5.1 Construção de indicadores próprios

A implementação da Matriz poderá demandar o desenvolvimento progressivo de instrumentos específicos de mensuração. Entre eles, poderá ser considerada a construção de um Índice de Letramento Securitário e Previdenciário, baseado em pesquisas periódicas que permitam avaliar dimensões como conhecimento sobre riscos, compreensão dos mecanismos de proteção, familiaridade com conceitos fundamentais de seguros e previdência e capacidade de utilização de informações para a tomada de decisão.

A existência de uma medida dessa natureza permitiria estabelecer uma linha de base, acompanhar sua evolução ao longo do tempo e identificar diferenças entre regiões, grupos

etários, níveis de renda, escolaridade e outros recortes relevantes para o direcionamento das iniciativas.

Além dos indicadores agregados, poderão ser utilizados instrumentos de avaliação antes e depois de determinadas ações educacionais, pesquisas de percepção e conhecimento, avaliações de aprendizagem e outros métodos capazes de produzir evidências sobre os resultados das iniciativas.

4.5.2 Indicadores estratégicos e indicadores operacionais

A Matriz de Monitoramento deverá ser complementada pelos indicadores definidos nos planos periódicos de implementação. Enquanto os indicadores estratégicos buscarão acompanhar a



evolução dos objetivos de longo prazo, os indicadores operacionais permitirão verificar a execução e o alcance das iniciativas desenvolvidas em cada período.

4.5.3 Interpretação dos indicadores

Os indicadores deverão ser analisados de forma contextualizada. Em particular, indicadores relacionados à inclusão, utilização de seguros e previdência, lacunas de proteção e resiliência são influenciados por fatores como renda, preços, oferta de produtos, condições econômicas, mudanças regulatórias, inovação, percepção de risco e ocorrência de eventos adversos.



Por essa razão, sua evolução deverá ser utilizada como evidência para análise, e não como demonstração automática de causalidade entre as ações educacionais e os resultados observados.

Sempre que possível, a avaliação deverá combinar diferentes fontes de informação e metodologias, permitindo construir uma visão mais abrangente sobre a evolução da educação securitária e previdenciária e sobre a contribuição da Estratégia para a construção de uma cultura de proteção.

Capítulo 5 — Agenda Estratégica de Ações

A implementação da Estratégia Nacional de Educação Securitária e Previdenciária deverá combinar iniciativas de diferentes horizontes temporais. Algumas ações poderão ser iniciadas ou ampliadas a partir de estruturas e parcerias já existentes, enquanto outras dependerão da construção de novas capacidades, do desenvolvimento de metodologias ou da consolidação de mecanismos de cooperação.

A agenda apresentada neste capítulo possui caráter indicativo e orientador, constituindo referência inicial para a elaboração dos planos periódicos de implementação previstos no Capítulo 4. A classificação das iniciativas entre curto, médio e longo prazo representa sua perspectiva inicial de desenvolvimento e poderá ser revista à luz das capacidades disponíveis, das oportunidades de cooperação e dos resultados obtidos ao longo da implementação.

5.1 Agenda indicativa de ações de curto, médio e longo prazo

Horizonte	Ação proposta	Eixo(s)	Objetivo(s)
Curto	Implantar a Rede PROTEGE, estabelecendo mecanismo inicial de adesão, articulação e mobilização de instituições parceiras e multiplicadores	Transversal E1–E4	O4, O5, O6, O7
Curto	Integrar conteúdos de educação securitária e previdenciária à Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira - OLITEF[7], em articulação com os responsáveis pela Olimpíada, incluindo questões e materiais relacionados a riscos, prevenção e proteção	E1, E2	O1, O2, O4, O6
Curto	Produzir e disponibilizar conteúdos para programas e plataformas de educação financeira na escola, incluindo Aprender Valor e iniciativas relacionadas ao Na Ponta do Lápis	E1, E2	O1, O2, O4
Curto	Atualizar e aperfeiçoar o Portal Meu Futuro Seguro, aprimorando organização, linguagem, conteúdo, experiência de navegação e integração com outros canais e ferramentas	E2, E4	O1, O3, O4
Curto	Integrar conteúdos de seguros e previdência ao Meu Bolso em Dia, aproveitando a plataforma como canal adicional de disseminação e orientação ao cidadão	E1, E2, E4	O1, O3, O4, O6

[7] A Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira (OLITEF) é uma iniciativa nacional gratuita que busca promover o conhecimento financeiro entre estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas e privadas. Realizada pelo Programa Tesouro Direto, a olimpíada incentiva a educação financeira desde cedo, preparando os estudantes para o futuro. Fonte: https://www.olitef.com.br

Horizonte	Ação proposta	Eixo(s)	Objetivo(s)
Curto	Estabelecer programação permanente de educação securitária e previdenciária nas mídias sociais da SUSEP, ampliando formatos para vídeos curtos, infográficos, séries temáticas e outros conteúdos digitais	E2	O1, O3, O4
Curto	Ampliar a utilização de vídeos, podcasts, videocasts e outros formatos audiovisuais, adaptando conteúdos aos hábitos de consumo de informação de diferentes públicos	E2	O1, O4
Curto	Realizar e consolidar encontros regionais de educação securitária e previdenciária, tendo o 1º Encontro do Norte e Nordeste como iniciativa inicial de uma estratégia de descentralização territorial	E1, E3	O1, O4, O6
Curto	Estruturar articulação entre corretores de seguros, suas entidades representativas e redes estaduais e municipais de educação, criando experiências-piloto de capacitação e formação de multiplicadores	E1, E3	O1, O2, O4, O6
Curto	Mapear e ampliar a divulgação das ferramentas já disponíveis ao cidadão, incluindo sistemas de consulta, calculadoras, SUSEPCon, painéis de informação e canais de reclamações e denúncias de irregularidades.	E2, E4	O1, O3, O4
Curto/Médio	Ampliar parcerias com universidades e centros de pesquisa, fortalecendo estudos e pesquisa aplicada sobre riscos, comportamento, educação, lacunas de proteção, inovação e novos mecanismos de proteção	E1, E2	O5, O6, O7
Curto/Médio	Estruturar a metodologia do Índice de Letramento Securitário e Previdenciário, incluindo definição de dimensões, instrumento de pesquisa, teste piloto e construção de linha de base	E2	O1, O3, O4, O7
Médio	Consolidar programa de formação de multiplicadores, envolvendo educadores, corretores, profissionais do setor, entidades parceiras e outros agentes com capacidade de disseminação	E1, E2, E3	O1, O2, O4, O6
Médio	Ampliar territorialmente os encontros de educação securitária e previdenciária, estimulando iniciativas regionais e locais em parceria com instituições integrantes da Rede PROTEGE	E1, E3	O1, O4, O6
Médio	Desenvolver trilhas de conteúdos por públicos e etapas da vida, contemplando estudantes, famílias, consumidores, idosos, pequenos negócios, gestores públicos e outros públicos prioritários	E2, E4	O1, O2, O3, O4

Horizonte	Ação proposta	Eixo(s)	Objetivo(s)
Médio	Desenvolver novas ferramentas de apoio à tomada de decisão do consumidor, como simuladores, instrumentos de consulta, recursos de comparação e ferramentas de compreensão de riscos e necessidades de proteção	E2, E4	O1, O3, O7
Médio	Desenvolver conteúdos e iniciativas de educação securitária voltados ao poder público, abordando gestão de riscos, proteção do patrimônio e infraestrutura, financiamento de riscos e resiliência	E1, E2, E3	O1, O4, O6, O7
Médio	Desenvolver iniciativas educacionais destinadas ao sistema de Justiça, em cooperação com instituições acadêmicas e do próprio sistema, abordando fundamentos técnicos, econômicos e jurídicos dos seguros e da previdência	E1, E2, E3	O1, O4, O6
Médio	Consolidar momento nacional periódico de mobilização dedicado à educação securitária e previdenciária, articulado e complementar às demais iniciativas nacionais de educação financeira	E1, E3	O1, O4, O6
Médio	Criar repositório compartilhado de conteúdos, metodologias e boas práticas da Rede PROTEGE, permitindo utilização e adaptação por instituições parceiras	E2, E4	O1, O2, O4, O5, O6
Médio/Longo	Ampliar a inserção estruturada da educação securitária e previdenciária nos processos educacionais, desenvolvendo conteúdos, materiais pedagógicos e formação de educadores em cooperação com instituições responsáveis pelas políticas educacionais	E1, E2	O1, O2, O4, O6
Médio/Longo	Estruturar programa continuado de pesquisa aplicada em seguros e previdência, articulando SUSEP, universidades, centros de pesquisa e atores do mercado em torno de agendas prioritárias	E1, E2	O5, O6, O7
Longo	Consolidar rede nacional de multiplicadores da cultura de proteção, articulando escolas, universidades, corretores, entidades representativas, poder público e organizações da sociedade civil	Transversal E1–E4	O1, O2, O4, O6
Longo	Consolidar sistema nacional de mensuração do letramento securitário e previdenciário, com pesquisas periódicas e acompanhamento da evolução dos indicadores da Estratégia	E2, E4	O1, O3, O4, O7
Longo	Consolidar ambiente integrado de educação securitária e previdenciária, conectando conteúdos, dados, ferramentas, pesquisas, oportunidades de formação e iniciativas dos parceiros	E1, E2, E4	O1, O2, O3, O4, O5, O6

Horizonte	Ação proposta	Eixo(s)	Objetivo(s)
Longo	Estimular a formação de uma agenda permanente de pesquisa, inovação e desenvolvimento de soluções para lacunas de proteção, aproximando conhecimento científico, tecnologia e necessidades da sociedade	E1, E2, E4	O5, O6, O7

5.2 Priorização e implementação das ações

A agenda apresentada no item anterior constitui uma carteira indicativa de iniciativas, destinada a orientar a implementação da Estratégia no horizonte 2027–2031. Sua inclusão neste documento não implica a execução simultânea ou automática de todas as ações propostas, que deverão ser incorporadas progressivamente aos planos periódicos de implementação, de acordo com as prioridades estabelecidas em cada ciclo.

A seleção e o sequenciamento das iniciativas deverão considerar, entre outros aspectos, sua contribuição para os objetivos estratégicos, o alcance potencial dos públicos prioritários, a capacidade de geração de efeitos multiplicadores, a viabilidade técnica e operacional, a disponibilidade de recursos e a possibilidade de mobilização de parceiros.

Deverão ser especialmente valorizadas iniciativas capazes de aproveitar estruturas, conhecimentos, canais e projetos já existentes. Essa orientação permite ampliar o alcance da Estratégia sem pressupor que todas as soluções devam ser desenvolvidas diretamente pela SUSEP. A participação na Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira - OLITEF, a produção de conteúdos para programas educacionais, a colaboração com plataformas de educação financeira e a mobilização de universidades, redes de ensino, corretores e entidades representativas são exemplos dessa lógica de integração e aproveitamento de capacidades existentes. Essa abordagem é coerente com a atuação da COEFI, que busca parcerias para produção de conteúdos, materiais didáticos, pesquisas, eventos, capacitações e desenvolvimento de soluções inovadoras.

Nesse contexto, a implantação da Rede PROTEGE deverá constituir uma das iniciativas estruturantes do primeiro ciclo de implementação, por sua capacidade de apoiar transversalmente os quatro eixos estratégicos e de criar condições para o desenvolvimento e a ampliação de diversas outras ações previstas nesta Estratégia.

A priorização deverá considerar também a possibilidade de realização de projetos-piloto, especialmente quando envolver novos públicos, metodologias, ferramentas ou modelos de cooperação. Os resultados dessas experiências poderão subsidiar seu aperfeiçoamento antes da ampliação para outros públicos ou territórios, permitindo que o crescimento das iniciativas seja acompanhado pela produção de evidências sobre sua efetividade.

A carteira de ações deverá permanecer dinâmica e adaptável. Novas iniciativas poderão ser incorporadas aos planos periódicos de implementação, enquanto ações inicialmente previstas

poderão ser aperfeiçoadas, reprogramadas ou substituídas à luz dos resultados obtidos, das transformações observadas no ambiente educacional e nos mercados supervisionados e do surgimento de novas necessidades, tecnologias e oportunidades de cooperação.

5.3 Cronograma indicativo de implementação — *Road Map* 2027–2031

A implementação da Estratégia é concebida como processo progressivo, no qual iniciativas inicialmente voltadas à estruturação de capacidades e parcerias criam condições para a ampliação de alcance, a consolidação de programas e, posteriormente, a construção de mecanismos permanentes de educação securitária e previdenciária. O cronograma a seguir apresenta um horizonte indicativo para esse processo, sem prejuízo dos ajustes decorrentes dos planos periódicos de implementação.

Iniciativa	2027	2028	2029	2030	2031
Rede PROTEGE	**Implantar** — estruturar o modelo e iniciar a Rede	**Mobilizar parceiros** — incorporar instituições e estimular projetos cooperativos	**Expandir a atuação** — ampliar projetos, públicos, multiplicadores e presença territorial	**Consolidar** — fortalecer atuação recorrente e cooperação permanente	**Avaliar e aperfeiçoar** — avaliar resultados e preparar o ciclo seguinte
Educação nas escolas / Aprender Valor e programas educacionais	**Produzir conteúdos** — desenvolver materiais securitários e previdenciários	**Aplicar e testar** — inserir conteúdos em programas e experiências educacionais	**Disseminar** — ampliar utilização por escolas, redes e educadores	**Incorporar** — fortalecer presença continuada nos processos educacionais	**Avaliar e atualizar** — mensurar resultados e revisar conteúdos e metodologias
OLITEF e outras olimpíadas	**Articular a participação** — construir parceria para inserção dos temas	**Inserir conteúdos** — incorporar seguros, previdência, riscos e proteção às atividades	**Aprofundar a participação** — diversificar conteúdos e ações associadas	**Integrar à estratégia educacional** — conectar olimpíadas a outras ações com escolas e educadores	**Avaliar e aperfeiçoar** — analisar resultados e definir evolução da participação

Iniciativa	2027	2028	2029	2030	2031
Portal Meu Futuro Seguro	**Atualizar** — revisar conteúdo, organização, linguagem e experiência de navegação	**Reestruturar conteúdos** — organizar trilhas por públicos, necessidades e etapas da vida	**Integrar recursos** — conectar conteúdos, dados, ferramentas e outros canais da Estratégia	**Personalizar a experiência** — aprimorar formas de acesso conforme necessidades dos diferentes públicos	**Avaliar e renovar** — utilizar evidências de uso para orientar nova evolução do Portal
Meu Bolso em Dia e outras plataformas parceiras	**Integrar conteúdos** — inserir temas de seguros e previdência	**Diversificar conteúdos** — ampliar temas e situações de proteção abordados	**Avaliar o alcance e a utilização** — identificar públicos, demandas e conteúdos mais relevantes	**Aperfeiçoar a integração** — ajustar conteúdos e formas de interação a partir das evidências	**Definir continuidade e novas integrações** — avaliar expansão para outras plataformas e parceiros
Mídias sociais e novos formatos de comunicação	**Estabelecer rotina permanente** — ampliar publicações nas mídias da SUSEP	**Diversificar formatos** — incorporar vídeos, podcasts, videocasts, séries e outros recursos	**Segmentar conteúdos** — desenvolver comunicação dirigida a diferentes públicos e necessidades	**Integrar canais e campanhas** — articular mídias sociais com eventos, Portal e demais ações	**Avaliar e renovar a estratégia digital** — utilizar métricas e pesquisas para orientar o novo ciclo
Mobilização regional	**Iniciar a descentralização** — realizar o 1º Encontro Norte-Nordeste e testar o modelo	**Replicar experiências** — promover ações em novos territórios a partir do aprendizado inicial	**Estruturar agenda regional** — estabelecer parcerias e programação em diferentes regiões	**Consolidar a capilaridade** — fortalecer iniciativas recorrentes e protagonismo de parceiros locais	**Avaliar cobertura territorial** — identificar lacunas e prioridades regionais para o ciclo seguinte
Formação de multiplicadores	**Articular atores** — aproximar educadores, corretores, entidades e outros potenciais multiplicadores	**Desenvolver pilotos de formação** — testar conteúdos, metodologias e modelos de capacitação	**Formar e ativar multiplicadores** — ampliar participantes e estimular ações próprias nos territórios	**Consolidar a rede de multiplicadores** — promover continuidade, intercâmbio e replicação das experiências	**Avaliar efetividade** — verificar atuação, alcance e contribuição dos multiplicadores

Iniciativa	2027	2028	2029	2030	2031
Universidades e pesquisa aplicada	**Ampliar parcerias** — identificar universidades e centros de pesquisa e novas oportunidades de cooperação	**Estruturar agenda de pesquisa** — definir temas prioritários e projetos conjuntos	**Produzir e aplicar conhecimento** — desenvolver estudos e aproximar resultados das ações da Estratégia	**Consolidar redes de pesquisa** — fortalecer cooperação continuada e intercâmbio entre instituições	**Avaliar e renovar a agenda científica** — identificar resultados, lacunas e novas prioridades
Ferramentas de apoio ao consumidor	**Mapear e divulgar** — organizar e dar visibilidade às ferramentas já disponíveis	**Identificar necessidades e desenvolver pilotos** — definir lacunas e testar novas soluções	**Disponibilizar novas ferramentas** — colocar soluções avaliadas à disposição dos públicos	**Integrar ferramentas e conteúdos** — facilitar acesso articulado por meio dos canais da Estratégia	**Avaliar uso e aperfeiçoar** — analisar utilidade, compreensão e contribuição para a autonomia
Índice de Letramento Securitário e Previdenciário	**Estruturar o projeto** — definir conceito, dimensões e possibilidades metodológicas	**Desenvolver e testar a metodologia** — construir instrumento e realizar piloto	**Estabelecer a linha de base** — realizar primeira mensuração de referência	**Analisar e utilizar os resultados** — orientar públicos, territórios, conteúdos e prioridades	**Realizar nova mensuração** — avaliar evolução e revisar metodologia quando necessário
Mobilização nacional da educação securitária e previdenciária	**Conceber o modelo** — aproveitar experiências existentes e definir proposta	**Realizar experiência estruturada** — promover mobilização com parceiros e públicos diversos	**Ampliar participação** — incorporar mais instituições, territórios e iniciativas	**Consolidar periodicidade** — estabelecer a mobilização como referência recorrente da Estratégia	**Avaliar e renovar** — analisar alcance, resultados e formato para o ciclo seguinte
Conteúdos por públicos e etapas da vida	**Mapear necessidades** — identificar conteúdos existentes, lacunas e públicos prioritários	**Desenvolver trilhas** — produzir conjuntos de conteúdos adequados a diferentes públicos e momentos da vida	**Aplicar e disseminar** — utilizar as trilhas em canais, eventos, ferramentas e parcerias	**Aperfeiçoar a segmentação** — incorporar evidências de uso e necessidades identificadas	**Revisar e atualizar** — adaptar conteúdos às mudanças sociais, regulatórias e de proteção

Iniciativa	2027	2028	2029	2030	2031
Educação securitária para o poder público	**Articular e diagnosticar** — identificar parceiros, necessidades e possibilidades de atuação	**Desenvolver conteúdos e experiências-piloto** — abordar gestão, prevenção e financiamento de riscos	**Disseminar experiências** — ampliar ações com órgãos e administrações interessadas	**Formar referências e multiplicadores** — estimular capacidade de disseminação no próprio poder público	**Avaliar e definir novo ciclo** — identificar resultados, demandas e oportunidades de continuidade
Educação securitária e sistema de Justiça	**Articular instituições** — estabelecer diálogo e identificar temas de interesse educacional	**Desenvolver iniciativas-piloto** — promover cursos, seminários, estudos ou materiais técnicos	**Diversificar e disseminar** — ampliar temas, formatos e instituições participantes	**Consolidar cooperação educacional** — favorecer iniciativas recorrentes preservando a autonomia institucional	**Avaliar e aperfeiçoar** — identificar demandas e atualizar conteúdos e formatos
Repositório de conteúdos e boas práticas da Rede PROTEGE	**Conceber** — definir finalidade, governança e critérios para compartilhamento	**Organizar acervo inicial** — reunir materiais, experiências e metodologias dos parceiros	**Disponibilizar e estimular o uso** — permitir consulta, adaptação e replicação	**Transformar em ambiente de intercâmbio** — incorporar novas experiências e aprendizagem da Rede	**Avaliar e atualizar** — revisar acervo, utilização e funcionalidades
Monitoramento e avaliação da Estratégia	**Estruturar o sistema** — definir matriz, indicadores, fontes e responsabilidades	**Produzir acompanhamento inicial** — coletar dados e testar instrumentos de avaliação	**Realizar avaliação intermediária** — analisar execução, alcance e primeiros resultados	**Incorporar aprendizados** — ajustar prioridades e preparar a avaliação do ciclo	**Avaliar o ciclo 2027–2031** — consolidar resultados e subsidiar a revisão da Estratégia


ETAPA 1
Estruturar e mobilizar
Construção das bases da Estratégia
Implantação da Rede PROTEGE
Atualização do Meu Futuro Seguro
Integração com o Meu Bolso em Dia
Conteúdos para Aprender Valor / Na Ponta do Lápis
Aproximação com a OLITEF
Fortalecimento das mídias sociais
1º Encontro Norte-Nordeste de Educação Securitária
Articulação inicial de multiplicadores
ETAPA 2
Experimentar e ampliar
Projetos-piloto e ampliação da capilaridade
Formação de multiplicadores
Novos encontros regionais
Conteúdos por públicos e etapas da vida
Novas parcerias acadêmicas
Pilotos de ferramentas de apoio à decisão
Desenvolvimento metodológico do Índice de Letramento Securitário e Previdenciário
ETAPA 3
Integrar e ganhar escala
Integração das iniciativas e expansão territorial
Ampliação da Rede PROTEGE
Expansão das ações com redes de ensino e corretores
Consolidação de mobilização nacional periódica
Repositório compartilhado de conteúdos
Ampliação de ferramentas
Iniciativas para poder público e sistema de Justiça
Fortalecimento da pesquisa aplicada
ETAPA 4
Consolidar e avaliar
Institucionalização, avaliação e aperfeiçoamento
Rede nacional de multiplicadores
Sistema periódico de mensuração do letramento
Ambiente integrado de educação securitária e previdenciária
Consolidação da agenda de pesquisa e inovação
Avaliação dos resultados da Estratégia
Revisão das prioridades para o ciclo seguinte
APRENDER • AJUSTAR • AVANÇAR
MAIS CONHECIMENTO
MAIS AUTONOMIA
MAIS OPORTUNIDADES
MAIS PROTEÇÃO
PESSOAS, FAMÍLIAS, ORGANIZAÇÕES
E UM BRASIL MAIS RESILIENTE

Capítulo 6 — Conclusão

A Estratégia Nacional de Educação Securitária e Previdenciária estabelece uma orientação de longo prazo para fortalecer o conhecimento da sociedade sobre riscos, prevenção e mecanismos de proteção. Mais do que ampliar a disseminação de informações sobre seguros e previdência, busca contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e autônomos em suas decisões e para a construção progressiva de uma cultura de proteção no País.

A realização desse propósito depende de um esforço coletivo. A articulação entre poder público, sistema educacional, universidades e centros de pesquisa, setor supervisionado, profissionais que atuam junto aos consumidores e organizações da sociedade civil permitirá combinar conhecimentos, capacidades e canais para ampliar o alcance e a capilaridade das iniciativas. Nesse contexto, a Rede PROTEGE constitui importante instrumento para transformar cooperação em ações concretas e fortalecer a formação de multiplicadores da cultura de proteção.

Com visão de longo prazo e implementação progressiva, a Estratégia pretende estabelecer as bases para uma atuação permanente, cooperativa e orientada por evidências, capaz de aprender com seus resultados e adaptar-se às novas necessidades da sociedade. Ampliar o conhecimento sobre riscos e proteção significa ampliar a capacidade de pessoas, famílias e organizações de se prepararem para o futuro — contribuindo para uma sociedade mais protegida, resiliente e consciente de suas escolhas.

